

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA/MG****DECISÃO DOS RECURSOS**
(INFRARRELACIONADOS)**I**
DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infra relacionados concorrentes ao Concurso Público de Provas e Títulos, destinado ao preenchimento de vagas do quadro de servidores da Secretaria Municipal de Educação do Município de Além Paraíba/MG, que insurgem contra a publicação do gabarito preliminar, conforme disposto no **Edital nº 01, de 24 de abril de 2024.**

RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA

Inscrição	Nome	Cargo
20250000119	Ana Laura Messias Da Costa	Assistente Social
20250000421	Samara Da Silva Senra Xavier	Assistente Social
20250000747	Pollyana Alexandre Rumão	Assistente Social
20250001736	Caroline Louback Petrillo	Assistente Social
20250000458	Djenane De Jesus Costa	Auxiliar de Biblioteca
20250001134	Vitor Honorato Estanislau Da Silva	Auxiliar de Biblioteca
20250001444	Guilherme Fontanella	Auxiliar de Biblioteca
20250000251	Ingrid Kelly Amorim Da Silva	Monitor de Creche
20250000535	Noeli Damas Cardoso Gomes	Monitor de Creche
20250000650	Luciele Baiao Gomes	Monitor de Creche
20250000715	Paloma Ferreira Machado Dos Santos	Monitor de Creche
20250001099	Eliza Carla Lopes Da Cruz Ribeiro	Monitor de Creche
20250001717	Thayná Cabral Teixeira	Monitor de Creche
20250001813	Ana Cláudia Costa De Souza	Monitor de Creche
20250001946	Regina Lúcia Alves Da Silva De Souza	Monitor de Creche
20250002623	Janaina De Oliveirablopes	Monitor de Creche
20250003042	Leticia Rodrigues Rocha	Nutricionista
20250003288	Carla Trece Carvalho	Nutricionista
20250000284	Fernanda Cristina Santos Da Luz	Professor de AEE – Sala de Recurso
20250001344	Eliane Luiz Tavares	Professor de AEE – Sala de Recurso
20250001810	Romário Braga Fernandes	Professor de AEE – Sala de Recurso
20250002511	Pâmela Cristina De Almeida Silva	Professor de AEE – Sala de Recurso
20250000151	Oneida Rodrigues Dos Santos	Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistiva (ACLTA)
20250000902	Katiane Serafim Da Silva	Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias

		Assistiva (ACLTA)
200250001261	Mayara Reguini Ferreira Netto	Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistiva (ACLTA)
200250001385	Maria Eduarda Serafim Da Silva	Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistiva (ACLTA)
200250001820	Luana Vitória De Souza Procópio	Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistiva (ACLTA)
200250002556	Taisy De Araújo Nunes Franco	Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistiva (ACLTA)
200250003367	Thaise De Oliveira Braga Alves Medina	Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistiva (ACLTA)
200250001166	Gerson Da Silva Lima	Professor de Educação Física
200250001422	Élica Aparecida Teixeira Ribeiro Da Silva	Professor de Educação Física
200250003290	Naratiana Rogel Barros	Professor de Educação Física
200250002161	João Pedro De Mello Motta	Professor de Geografia
200250002420	Higor De Lima Ronzei	Professor de Geografia
200250000143	Ana Luiza Dos Santos Montes	Professor de História
200250000461	Sofia Célia Pereira	Professor de História
200250000863	Bruna Pires Dos Santos	Professor de História
200250000873	Isaías Da Silva Outeiro	Professor de História
200250001033	Felipe Cerqueira Cytrângulo	Professor de História
200250001453	Leticia Ferreira Costa	Professor de História
200250001724	Ana Vitória Silva Ferreira	Professor de História
200250002377	Joana Darc De Almeida Demarque	Professor de História
200250001560	Aline Rodrigues Alves	Professor de Inglês
200250000047	Mauricio Silva Soares	Professor de Língua Portuguesa
200250000315	Fernando Márcio De Araújo	Professor de Língua Portuguesa
200250000348	Jefferson Da Silva Franca	Professor de Língua Portuguesa
200250000888	Andréa Cavalcanti Matos	Professor de Língua Portuguesa
200250001868	Anderson Hernandez Do Nascimento	Professor de Língua Portuguesa
200250003374	Amanda Martins	Professor de Língua Portuguesa
200250003433	Maria Da Assunção Guia	Professor de Língua Portuguesa
200250000159	Janaina Da Silva Seraphim	Professor de Matemática
200250002123	Viviane Da Silva Souza	Professor de Matemática
200250002697	Taís Gonçalves Castilho	Professor de Matemática
200250002900	Armando Cavalcante Santos Neto	Professor de Matemática
200250003444	Tamiris Freitas Do Couto	Professor de Matemática
200250000061	Celma Fernandes Silvestre	Professor Municipal IV
200250000071	Gabriela Ferreira De Oliveira	Professor Municipal IV
200250000126	Regiane Aparecida Adão	Professor Municipal IV
200250000132	Emanuel Victor Arouca Alves	Professor Municipal IV
200250000147	Deisemeire Miguel Sindra	Professor Municipal IV
200250000162	Gerson Da Silva Lima	Professor Municipal IV
200250000224	Aislan Lima Da Silva Loyola	Professor Municipal IV
200250000303	Miliana De Fátima Sabino Alves	Professor Municipal IV
200250000307	Fernanda Moreira Lugon Castro Da Sila	Professor Municipal IV
200250000431	Giseli Silva Elmais	Professor Municipal IV
200250000642	Luana Vitória De Souza Procópio	Professor Municipal IV

200250000697	Thaynara Duarte Cretton Fialho	Professor Municipal IV
200250000901	Katiane Serafim Da Silva	Professor Municipal IV
200250000947	Wagner Tavares Lustosa	Professor Municipal IV
200250001013	Claudilene De Andrade Curty	Professor Municipal IV
200250001107	Roseli Costa Bruno Soares	Professor Municipal IV
200250001171	Sheila Duarte Leite	Professor Municipal IV
200250001260	Mayara Reguini Ferreira Netto	Professor Municipal IV
200250001280	Mírian Ludugério Gonçalves	Professor Municipal IV
200250001384	Maria Eduarda Serafim Da Silva	Professor Municipal IV
200250001420	Débora Rodrigues Ferreira Hisse	Professor Municipal IV
200250001462	Luciana Conceição Da Fonseca	Professor Municipal IV
200250001901	Viviane Dos Santos Pinto	Professor Municipal IV
200250001906	Ezequiel Marques Da Silva Júnior	Professor Municipal IV
200250002069	Grasiella De Araújo Ferreira Medas	Professor Municipal IV
200250002091	Cecília Duarte De Oliveira	Professor Municipal IV
200250002121	Viviane Da Silva Souza	Professor Municipal IV
200250002126	Paulo Rogerio De Souza Miguel	Professor Municipal IV
200250002216	Ricardo Da Silva Vieira	Professor Municipal IV
200250002256	Andréa Dos Santos Montes Cruz	Professor Municipal IV
200250002378	Janaina Regazio Madeira	Professor Municipal IV
200250002555	Taisy De Araújo Nunes Franco	Professor Municipal IV
200250002676	Marina Gomes Souza Azevedo	Professor Municipal IV
200250002800	Charliane Pereira Da Silva	Professor Municipal IV
200250002837	Ana Carolina Montes Cruz Moreira	Professor Municipal IV
200250002901	Marcelli Dos Anjos Domingos	Professor Municipal IV
200250003107	Layla Regina De Souza	Professor Municipal IV
200250003365	Thaise De Oliveira Braga Alves Medina	Professor Municipal IV
200250000777	João Vitor Furtado Mayrink	Psicólogo
200250001443	Guilherme Fontanella	Secretário de Escola
200250001077	Fernanda Cristina Santos Da Luz	Supervisor Pedagógico
200250001345	Eliane Luiz Tavares	Supervisor Pedagógico
200250002127	Paulo Rogerio De Souza Miguel	Supervisor Pedagógico
200250002971	Ana Cristina Loureiro	Supervisor Pedagógico

II
DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

Cargo: Assistente Social

Tipo 1 - BRANCA

2

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O título do texto “O alarmante apagão docente” faz uma analogia ao “apagão”, período em que os brasileiros ficavam sem energia elétrica como uma medida econômica. Assim, apagão fala de ausência e, nesse contexto, fala da ausência de professor. Nesse contexto, seguem as justificativas de respostas:

“Estudos divulgados pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) indicam uma crescente escassez de professores qualificados, comprometendo a qualidade do ensino.” Alternativa correta. De acordo com o dicionário da língua portuguesa “escassez” significa raridade, ausência de algo. O trecho fala sobre a ausência de professor, assim como o título a través do termo “apagão”.

Em texto para o jornal português Diário de Notícias, o professor Antonio Nóvoa afirmou que, das muitas profissões que desaparecerão no futuro, os professores não estarão nesse grupo. Esta alternativa não explica o título, na verdade, é um contra-argumento, visto que o autor defende a ideia de que haverá “apagão docente” e a citação de Antonio Nóvoa fala que a profissão professor não desaparecerá. Alternativa incorreta.

Faltam, ainda, incentivo, definição clara da carreira, salários coerentes e condições de trabalho, contribuindo para o desinteresse, a desmotivação e a evasão de profissionais, além da dificuldade na atração de novos talentos para a carreira. Alternativa incorreta. O trecho cita as causas do que pode provocar a ausência de professores.

“Só assim será possível superar esse alarmante apagão e construir um futuro promissor para a educação e o nosso país.” O trecho menciona “apagão”, no entanto, não explica o título, apenas conclui o trecho que aborda ações para que não ocorra o “apagão docente. Alternativa incorreta.

Fontes:

- O próprio texto.
- AQUINO, Renato. **Interpretação de Textos:** teoria e 815 questões comentadas. Série Concursos. 15. ed. Niterói: Impetus, 2014. 519p.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar; CLETO Ciley.
- **Interpretação de textos:** construindo competências e habilidades em leitura. Ensino Médio. 2. ed. São Paulo: Atual, 2012. 304p.

Tipo 1 - BRANCA

8

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Sobre o fragmento “*Há crescente escassez de professores qualificados, comprometendo o ensino*”, é correto afirmar que:

O verbo haver está no sentido impessoal, pois tem sentido de existir. Assim, o trecho não tem sujeito. Portanto, “Crescente escassez de professores qualificados” é objeto direto do verbo haver.

A reescrita “Há crescente escassez de professores qualificados, os quais comprometem o ensino” está incorreta. Apesar do pronome relativo “quais” retomar professores, o sentido do trecho original é que a “escassez” compromete o ensino. Com isso, certifica-se que a afirmativa III está incorreta.

O verbo apresenta três formas nominais: infinitivo, particípio e gerúndio como o verbo comprometer, comprometendo e comprometido. O gerúndio transmite o sentido de continuidade, portanto, algo que continua

acontecendo. Dessa forma, a afirmativa “Comprometendo” é uma das formas nominais do verbo “comprometer” e dá ao trecho sentido de desenvolvimento da ação está correta.

Devido à ausência de uma alternativa correta, a questão foi anulada.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática Reflexiva**: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

Tipo 1 - BRANCA
12

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O enunciado da questão apresenta a seguinte declaração “Ao formar uma equipe com 5 estudantes, sendo dois deles do grupo X e os restantes do grupo Y, sobram 10 estudantes do grupo X”. O termo “formar uma equipe” inviabiliza o cálculo da questão pois considera apenas a existência de uma única equipe com 5 pessoas. Dessa forma, como não há uma alternativa correta, a questão deve ser anulada.

Tipo 1 - BRANCA
30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que há erro na divulgação oficial do gabarito, uma vez que não é função atribuída ao profissional de Serviço Social intervir e separar um conflito corporal de alunos, o erro da questão se evidencia nesta parte. A banca julga improcedente o recurso. Vale lembrar que o conjunto de normas que dispõem sobre o exercício profissional do assistente social nos diversos espaços sócio-ocupacionais não se resume apenas à Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n. 8.662/1993). Existe ainda o Código de Ética Profissional, de 1993, bem como as Diretrizes Curriculares da Abepss, de 1996. O Parecer Jurídico n. 23/2000, a que nos referimos anteriormente, foi importante também por ressaltar quais são as especificidades da atuação do assistente social na área de educação. O referido parecer foi elaborado para demonstrar que a inserção do profissional de Serviço Social na educação dispõe de viabilidade jurídica e legal e que essa inserção se faz necessária, tendo em vista que as expressões da “questão social”, tidas como objeto de trabalho do profissional, refletem-se diretamente na constituição dessa política setorial, impondo, portanto, novas demandas de trabalho à categoria que, por sua vez, tomam a política educacional como uma bandeira de luta pela construção de uma sociedade livre, justa e igualitária. Mas onde e como atuam os assistentes sociais inseridos na política setorial de educação? No espaço sócio-ocupacional aqui em discussão, os assistentes sociais implementam a política de educação, atuando em instituições que ofertam diferentes níveis e modalidades de ensino, conforme destacamos anteriormente: básica, profissional, superior e especial. Esses profissionais atuam com planos, programas e projetos direcionados aos seguintes aspectos: assistência estudantil; políticas afirmativas; concessão de bolsas, quando da esfera privada; evasão escolar; prevenção ao uso de drogas; rendimento acadêmico insatisfatório; violência; garantia da gestão democrática; recursos humanos. Assim sendo, as cenas 1, 2 e 3 retratam diferentes, porém complementares, espaços sócio-ocupacionais do assistente social na educação. Cada cena evidencia um aspecto fundamental da atuação do profissional, demonstrando sua importância na promoção de um ambiente escolar seguro, inclusivo e democrático, além do desenvolvimento integral dos alunos.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Embora o documento "Subsídios para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação" seja uma referência essencial, ele pode não trazer de forma explícita a recomendação de supervisão contínua como descrito na questão. No entanto, a supervisão é um princípio amplamente reconhecido na prática do serviço social como um mecanismo para garantir a qualidade da intervenção, ainda que o documento específico não o trate de maneira explícita, a questão menciona literatura. E de acordo com Guerra e Braga (2011), a supervisão em Serviço Social é uma atribuição profissional essencial desde a regulamentação da profissão. Ela é fundamental para a qualificação da intervenção profissional e visa a garantir a continuidade dos princípios ético-políticos que orientam a prática do assistente social.

Portanto, o argumento de que a supervisão técnica não é mencionada diretamente no documento em questão não invalida sua importância. Outros documentos e autores, como Guerra e Braga (2011), confirmam que a supervisão é um processo fundamental para garantir a melhoria contínua das práticas profissionais e o alinhamento ético.

Fonte:

- GUERRA, Yolanda; BRAGA, Maria Elisa. **Supervisão em Serviço Social**. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: <https://cressrn.org.br/files/arquivos/46m757L928C08m9UzW7b.pdf>. Acesso em: 10 de set.2024.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Agradecemos pelo envio do recurso e pela argumentação apresentada. Após análise criteriosa da questão e da argumentação fornecida, gostaríamos de esclarecer os seguintes pontos:

Sobre a alternativa "a": A alternativa "a" foi corretamente indicada como a resposta incorreta no gabarito preliminar, pois afirma que os Conselhos de Assistência Social possuem caráter consultivo, o que não corresponde à realidade. De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e a NOB-SUAS, os Conselhos de Assistência Social possuem caráter deliberativo, o que significa que suas decisões têm força normativa e devem ser implementadas na formulação e execução das políticas de assistência social. Logo, a alternativa "a" é incorreta, e sua marcação como tal está de acordo com o enunciado da questão.

Sobre a alternativa "d": A alternativa "d" faz referência ao papel dos Fundos de Assistência Social. De fato, conforme o recurso aponta, os Fundos não são instâncias deliberativas, mas sim instrumentos de gestão financeira e orçamentária de acordo com o sistema descentralizado e participativo. No entanto, a alternativa não afirma que os Fundos são instâncias deliberativas, mas apenas indica que eles são responsáveis pela alocação de recursos financeiros destinados à execução das políticas de assistência social, o que é correto. Os Fundos atuam para garantir o financiamento das políticas definidas pelas instâncias deliberativas (Conselhos e Conferências), conforme previsto pela NOB-SUAS e pela LOAS.

Portanto, a alternativa "d" não contém erro, pois não atribui caráter deliberativo aos Fundos de Assistência Social, limitando-se a mencionar sua função de alocação de recursos, o que está de acordo com a legislação vigente.

Considerando que a alternativa "a" é a única incorreta e que a alternativa "d" não contém informações equivocadas, não identificamos motivo para a anulação da questão. Assim, o gabarito preliminar permanece inalterado.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Após revisão cuidadosa dos itens e das teorias associadas ao conceito de sociedade civil, em particular no que se refere à visão marxista, observamos que a afirmativa IV não está correta em sua totalidade. A afirmativa IV sustenta que, "Na visão marxista, a sociedade civil é entendida como um espaço de resistência e luta de classes, onde os movimentos sociais podem se organizar para desafiar e resistir às estruturas de poder e dominação." Essa interpretação da sociedade civil é parcialmente correta. Embora seja verdade que, no contexto marxista, a sociedade civil pode abrigar lutas de classes e conflitos entre classes antagônicas, a definição marxista da sociedade civil não a coloca predominantemente como um espaço de resistência.

De acordo com Marx, a sociedade civil é primeiramente associada à esfera de produção, refletindo as relações econômicas de produção capitalista. Ela é, em grande parte, um espaço onde as relações de poder, baseadas nas classes dominantes, são reproduzidas e mantidas. Para Marx, a sociedade civil é parte da superestrutura, e suas instituições (escolas, igrejas, sindicatos, etc.) desempenham um papel fundamental na manutenção da hegemonia burguesa e na sustentação do sistema capitalista. Como descrito na citação anexada:

A sociedade civil de Marx é a *bürgerliche Gesellschaft*, ou 'sociedade burguesa', no sentido de sociedade de classe. Tal sociedade tem por sujeito histórico a burguesia, uma classe que completou sua emancipação política libertando-se dos vínculos do Estado absolutista e contrapondo a este Estado tradicional os direitos do homem e do cidadão que, na verdade, protegem os interesses da classe burguesa. (Pinheiro, 2004, p.81-82)

Portanto, para Marx, a sociedade civil reflete mais as relações de poder e as desigualdades de classe do que um espaço de resistência por excelência. Ela é, em essência, o local onde os interesses da classe dominante são reproduzidos. Embora a luta de classes possa ocorrer dentro da sociedade civil, este espaço é, principalmente, uma arena para a hegemonia da classe burguesa, conforme mencionado: "A sociedade civil abrange todo o intercâmbio material dos indivíduos [...] desenvolve-se apenas com a burguesia." (Pinheiro, 2004, p.82)

A afirmativa IV é, portanto, incorreta ao sugerir que a sociedade civil, na visão marxista, é predominantemente um espaço de resistência e luta de classes. Ela é, antes de tudo, um espaço de reprodução das relações capitalistas e de manutenção da hegemonia da classe dominante. Com base nisso, a afirmativa IV não pode ser considerada correta, e a questão, tal como formulada, possui uma alternativa correta.

Quanto ao artigo de Maria Alice Gabiatti Alessio, especificamente a afirmação de que "pela perspectiva liberal [...] a sociedade civil assume-se como um espaço homogêneo, sem lutas de classe e com a dicotomia entre Estado e sociedade". De fato, essa citação se refere a um entendimento específico da sociedade civil no contexto dos debates liberais. No entanto, é importante considerar que o conceito de sociedade civil dentro da tradição liberal não é homogêneo, e diferentes interpretações surgiram ao longo do tempo.

A abordagem liberal clássica, principalmente a que influenciou o desenvolvimento inicial do conceito de sociedade civil, frequentemente enfatiza a separação entre o Estado e a sociedade, buscando garantir a liberdade individual e a pluralidade dentro da sociedade civil. No entanto, a visão de sociedade civil como um espaço "homogêneo, sem lutas de classe" mencionada no recurso, pode estar mais associada a um contexto específico dentro de determinados debates contemporâneos sobre o liberalismo, e não reflete necessariamente o entendimento predominante do liberalismo clássico ou moderno.

A alternativa marcada como correta afirma que, na perspectiva liberal, a sociedade civil é vista como uma arena de pluralidade e diversidade, essencial para a defesa dos direitos individuais. Esse entendimento está amplamente fundamentado na literatura clássica liberal, especialmente nos trabalhos de pensadores como John Locke e Alexis de Tocqueville, que destacam a importância de um espaço civil separado do Estado, onde a diversidade de grupos e associações pode florescer e os direitos individuais podem ser protegidos.

Embora o recurso destaque uma interpretação válida dentro de um debate mais específico sobre a perspectiva liberal, a alternativa "C" reflete adequadamente a visão liberal clássica e contemporânea amplamente aceita. O conceito de sociedade civil como um espaço plural, diverso e fundamental para a defesa dos direitos individuais está bem estabelecido na teoria liberal. Portanto, não identificamos inconsistência na formulação da questão e no gabarito.

- PINHEIRO, Paulo Sérgio. **O conceito de sociedade civil**. In: **Os desafios da construção democrática: direitos humanos, violência e sociedade civil na América Latina**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: https://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0310315_05_cap_04.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

Tipo 1 - BRANCA

40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Após análise detalhada, gostaríamos de esclarecer os seguintes pontos a respeito da questão e a afirmativa referente à participação de crianças e adolescentes em processos judiciais e administrativos.

Sobre a participação de crianças e adolescentes em processos judiciais e administrativos:

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garante, sim, a participação de crianças e adolescentes em processos judiciais e administrativos que os afetem diretamente, assegurando-lhes o direito de serem ouvidos. Esse direito está claramente previsto no art. 100, XII - oitiva obrigatória e participação: a criança e o adolescente, em separado ou na companhia dos pais, de responsável ou de pessoa por si indicada, bem como os seus pais ou responsável, têm direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, sendo sua opinião devidamente considerada pela autoridade judiciária competente, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 28 desta Lei.

Portanto, a afirmativa IV está correta, uma vez que o ECA garante expressamente o direito de participação, assegurando a oportunidade de serem ouvidos em todas as fases dos procedimentos, de acordo com a capacidade de discernimento da criança e adolescente.

Esclarecimentos sobre o artigo 143 do ECA:

O artigo 143 do ECA, mencionado no recurso, trata de resguardar a privacidade e a identidade de crianças e adolescentes envolvidos em processos judiciais, policiais ou administrativos, proibindo a divulgação de atos e informações que possam identificá-los. No entanto, essa proteção não se confunde com o direito à participação garantido pelo ECA.

Sobre a oitiva de crianças e adolescentes:

O ECA busca, de fato, evitar a revitimização de crianças em situações delicadas, especialmente em casos de violência, abuso ou quando se trata de processos criminais. Entretanto, o direito de ser ouvido não se limita a adolescentes com 12 anos ou mais. Crianças também têm o direito de participar dos processos e de expressar suas opiniões, levando-se em consideração o grau de discernimento que possuem, conforme o art. 28, §1º do ECA.

Conclusão:

A afirmativa IV está correta, pois o ECA garante a participação de crianças e adolescentes em processos judiciais e administrativos, conforme os artigos mencionados. A alternativa D permanece correta no gabarito preliminar. A alternativa A, mencionada no recurso, não pode ser considerada correta, pois não abrange a totalidade dos direitos garantidos pelo ECA.

Dessa forma, o gabarito preliminar não necessita de alteração.

Fonte:

- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 10 de set. 2024.

Tipo 1 - BRANCA

3

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando o contexto em que se encontra empregada, a palavra “toucador” se refere a local, normalmente cercado ou fechado, usado como vestiário. Contudo, as demais associações estão corretas tendo em vista a conjuntura textual. Observe: sofreguidão (pressa; agonia); saturado (tomado; repleto); estrangulado (apertado; reprimido).

Fontes:

- O próprio texto.
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Tipo 1 - BRANCA

15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando que o número de vogais representa a dezena e o número total de letras nas palavras representa a unidade. Observe:

GRANDE - 2 VOGAIS (6 LETRAS)

Desta forma, é possível concluir que a resposta correta é a alternativa B - 26.

Em relação à sequência apresentada para análise, constata-se que:

ILUSTRE - 3 VOGAIS (7 LETRAS)

UNIÃO – 4 VOGAIS (5 LETRAS)

REGRESSO – 3 VOGAIS (8 LETRAS)

Fontes:

- DANTE, Luiz Roberto. Matemática, Volume Única: Livro do Professor. 1 ed. São Paulo: Ática, 2005.
- IANNINI, Marcela A. “Problemas de Lógica e Matemática: Sequências e Padrões”. Editora Scipione, 2005.

Tipo 1 - BRANCA

29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso apresentado, único, pugna pela nulidade da questão pela existência de duas respostas corretas. Quais sejam “B” e “C”. Entretanto, não existe razão no recurso apresentado. Ambas as hipóteses são expressas na Lei Complementar 03/1993. A opção “B) incontinência pública e conduta escandalosa”, está prevista no Art. 196, V e está correta. A hipótese “C) retirar sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição”, não guarda qualquer pertinência com “lesão a cofres públicos” e sim à conduta prevista no Art. 152, II da norma, o qual cabe “advertência”, conforme previsto no Art. 166. Logo, indeferido o recurso.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Toda biblioteca digital precisa de uma infraestrutura de *hardware* e *software*. Se o servidor da biblioteca digital estiver fisicamente e localmente no prédio da prefeitura e, por algum motivo, acabar a luz no bairro onde a prefeitura está localizada, o computador que hospeda o servidor se desligará e, inevitavelmente, não será possível acessar a página da biblioteca digital durante aquele período. A questão da localização de uma biblioteca não tem relação com biblioteca digital ou biblioteca física, pois ambas precisam estar localizadas fisicamente em algum local. Além disso, o “local” não se limita a uma relação “física”. A página web onde a biblioteca está localizada possui um endereço, por exemplo, “www...”, ou seja, toda biblioteca possui um local onde se dará o encontro entre os usuários e os serviços da biblioteca, seja: “rua tal..” ou “www...”. Não existe encontro, seja digital, seja físico, sem um local onde se possa se encontrar. Ou seja, existem dois locais, onde a biblioteca digital está armazenada, e onde os usuários acessarão os serviços.

Fontes:

- CAMPELLO, Bernadete Santos.; CALDEIRA, Paulo da Terra. Introdução às fontes de informação. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 181 p. (Ciência da informação (Autêntica); 1). ISBN 8575261657. Com relação ao local de uma biblioteca digital, consultar o capítulo "Infraestrutura tecnológica de uma biblioteca digital", página 77-78, do livro:
- MARCONDES, CARLOS H; IBICT. Bibliotecas digitais: saberes e práticas. 2. ed. Salvador: Ed. da Universidade Federal da Bahia, 2006. 336 p. ISBN 8570130627.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

É esperado que o candidato tenha conhecimento das normas de documentação e informação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), baseadas em ISO's internacionais. Não se pode ignorar a definição da comunidade acadêmica da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação em detrimento do uso equivocado desses elementos pela comunidade editorial. Não se deve confundir “índice” com “sumário”, pois ambos possuem conteúdo, arranjo e localização próprios. O “índice” localiza-se após as referências e o sumário antecede o texto.

Fontes:

- FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de; BORGES, Stella Maris; MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 10. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2021. (PÁGINA 196)
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6034: informação e documentação: índice: apresentação*. 2. ed. Rio de Janeiro: 2005. 4 p.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alguns esclarecimentos devem ser feitos. A norma referente a uma publicação monográfica é a NBR 6029, e não a NBR 14724. Veja abaixo a descrição do objetivo de ambas:

A NBR 14724/2011 especifica os princípios gerais para a elaboração de trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e outros) visando sua apresentação à instituição (banca examinadora de professores, especialistas designados e/ou outros).

A NBR 6029/2006 estabelece os princípios gerais para apresentação dos elementos que constituem o livro ou folheto.

“Notas tipográficas” nada tem a ver com “Diagramação” ou “Tipografia”. “Notas tipográficas”, também denominadas “imprenta”, são compostas dos seguintes elementos: local, editora e data de publicação.

“No anverso deve constar as notas tipográficas: indicação de local, editora e data de publicação, nesta ordem, centrada uma em cada linha, na parte inferior da página.” (página 19)

“O verso da folha de rosto inclui os seguintes elementos (...) título original da obra (quando tradução), número e data da edição da qual se fez a tradução, data de edições anterior ou de copyright da obra original” (página 19)

Fontes:

- Página 6 da NBR 6029, o item “4.2.1.2.1 Anverso”.
- FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de; BORGES, Stella Maris; MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade. Manual para normalização de publicações técnico-científicas. 10. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2021. (PÁGINAS 18-19).

Cargo: Monitor de Creche

Tipo 1 - BRANCA

6

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Todas as alternativas de respostas são justificativas para o uso da crase. No entanto, apenas uma delas justifica o uso do acento grave em:

“Porém, há um contexto de desvalorização dessa classe no Brasil especialmente no que diz respeito à formação inicial e à continuada[...]

Na Língua Portuguesa há o verbo “respeitar” e o substantivo “respeito”. No contexto em tela, há a presença do substantivo “respeito”. Partindo dessa consideração, justifica-se a alternativa correta “O substantivo rege a preposição “a” que, seguido de substantivo feminino, admite o artigo feminino.”

O substantivo "respeito" rege as preposições "a", "por" ou "para com" que ao se juntar com o artigo feminino “a”, que antecede o substantivo feminino "formação, ocorre a fusão marcada pelo acento grave indicador de crase.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática Reflexiva**: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

Tipo 1 - BRANCA

8

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Sobre o fragmento “*Há crescente escassez de professores qualificados, comprometendo o ensino*”, é correto afirmar que:

O verbo haver está no sentido impessoal, pois tem sentido de existir. Assim, o trecho não tem sujeito. Portanto, “Crescente escassez de professores qualificados” é objeto direto do verbo haver.

A reescrita “Há crescente escassez de professores qualificados, os quais comprometem o ensino” está incorreta. Apesar do pronome relativo “quais” retomar professores, o sentido do trecho original é que a “escassez” compromete o ensino. Com isso, certifica-se que a afirmativa III está incorreta.

O verbo apresenta três formas nominais: infinitivo, particípio e gerúndio como o verbo comprometer, comprometendo e comprometido. O gerúndio transmite o sentido de continuidade, portanto, algo que continua acontecendo. Dessa forma, a afirmativa “Comprometendo” é uma das formas nominais do verbo “comprometer” e dá ao trecho sentido de desenvolvimento da ação está correta.

Devido à ausência de uma alternativa correta, a questão foi anulada.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática Reflexiva**: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

Tipo 1 - BRANCA

11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo as informações do enunciado, não é informado que as idades das secretárias são distintas. Assim, é possível que haja secretárias com idades iguais. A partir de cada informação apresentada, pode-se deduzir que:

1- Cristiana é mais velha que Marcela e mais nova que Amanda:

Marcela < Cristiana < Amanda

2- Amanda é mais velha que Denise, que não é mais velha que Cristiana:

Denise <= Cristiana < Amanda

3- Noemi não é mais velha que Marcela:

Noemi <= Marcela

Avaliando as afirmativas, não se pode concluir que Noemi, e somente ela, é a secretária mais nova. Noemi pode ter a mesma idade de Marcela, por exemplo. A única afirmativa que pode ser concluída é que Amanda, e somente ela, é a secretária mais velha.

Tipo 1 - BRANCA

15

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O enunciado da questão apresenta a seguinte declaração “Ao formar uma equipe com 5 estudantes, sendo dois deles do grupo X e os restantes do grupo Y, sobram 10 estudantes do grupo X”. O termo “formar uma equipe” inviabiliza o cálculo da questão pois considera apenas a existência de uma única equipe com 5 pessoas. Dessa forma, como não há uma alternativa correta, a questão deve ser anulada.

Tipo 1 - BRANCA

17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em debate solicitou ao candidato conhecimentos exclusivos sobre a Lei Municipal nº 1.519, de 30 de dezembro de 1993 – Dispõe sobre o Estatuto e o Quadro de Pessoal do Magistério da Prefeitura Municipal de Além Paraíba, que em seu Art. 64 A aduz expressamente que:

Art. 64 A § 1º Caberá a chefia imediata proceder avaliação de desempenho dos seus subordinados através do boletim com escala de pontos, ficando a cargo da chefia mediata a revisão da avaliação.

§ 2º O boletim com escala de pontos apurará: [...]

V - cursos de treinamento relacionados com as atribuições do cargo.

Desta feita, inexistente mérito a ser deferido nos recursos.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A presente questão, de fato, tem duas alternativas de respostas idênticas: letra B e letra D. Contudo, a resposta correta, conforme divulgada no gabarito preliminar, é a letra C, não inviabilizando a indicação da alternativa correta, de acordo com a análise das afirmativas. Dessa forma, constata-se que a sequência correta das afirmativas é V, V, F, F, razão pela qual a única alternativa que abarca corretamente a sequência está elencada na alternativa C, de maneira que não há que se falar em duplicidade de respostas. Com isso, mantém-se o gabarito preliminarmente divulgado.

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Em análise das assertivas, demonstra-se:

GABARITO - A - Esta opção é a resposta uma vez que a questão solicita a incorreta - O correto é "A teoria psicossocial de Erik Erikson" o que torna a alternativa errada.

Vale a pena ressaltar que foram consideradas, para elaboração da questão, como teorias do desenvolvimento:

- 1) A teoria psicanalítica de Sigmund Freud;
- 2) A teoria da recapitulação de Anna Freud;
- 3) A teoria psicossocial de Erik Erikson;
- 4) A epistemologia genética de Jean Piaget;
- 5) A Psicologia histórico-cultural de L. S. Vigotski;
- 6) A Psicologia genética de Henri Wallon

A referência utilizada foi página 18 - da Psicologia do Desenvolvimento da UAB - material revisado e editado por Universidades Federais. Nele, aponta-se A teoria da recapitulação de Anna Freud;

No entanto, o erro estrutural apresentado na questão torna-se vício e erro material.

Em função do exposto, a presente questão foi anulada.

Fonte:

- XAVIER, Alessandra Silva. Psicologia do desenvolvimento - Universidade Aberta do Brasil - Fortaleza: EdUECE, 2015. - Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/431892/2/Livro_Psicologia%20do%20Desenvolvimento.pdf. Acesso 11 set de 2024.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em análise das assertivas, demonstra-se:

As alternativas A - B - C estão corretas e justifica-se: São objetivos principais da Educação Especial proporcionar ao seu público-alvo: alunos com deficiências, com transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculado na Educação Infantil, a promoção de suas capacidades, envolvendo o desenvolvimento pleno de sua personalidade, a participação ativa na vida social e no mundo do trabalho, assim como o desenvolvimento biopsicossocial, proporcionando maior autonomia às crianças de 0 a 5 anos.

A alternativa D está errada e é a resposta para questão uma vez que: Não há estímulo para adequação da criança PCD, uma vez que a educação inclusiva não está mais associada às questões terapêuticas do modelo médico. Atualmente, o modelo e perspectiva educacional está pautado no modelo biopsicossocial.

Em função do exposto, tem-se: Como a análise posterior de alternativas, o gabarito apresentado está correto, sendo a alternativa D, a resposta da questão.

Desse modo, demonstra-se que não há ambiguidade na questão e/ou resposta. Assim, o recurso é considerado improcedente e o gabarito deve ser mantido.

Fontes:

- BRASIL. Instituto Federal Goiano - IFG. SANTOS, Marina Pereira; LOPES, Carlos André Nunes. Educação inclusiva na Educação Infantil, anos iniciais: algumas problematizações. 2022. Disponível em https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/3011/1/Artigo%20Cient%C3%ADfico_Marina%20Pereira%20Santos.pdf Acesso em 11 set de 2024.
- MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. O lugar das crianças com deficiências na Educação Infantil e políticas de inclusão na Educação Brasileira. RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 14, n. esp. 1, p. 730-745, abr., 2019. E-ISSN: 1982-5587. DOI: 10.21723/riaee.v14iesp.1.12203.

Tipo 1 - BRANCA

29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O caso hipotético considerou as atribuições para o cargo de Monitor de Creche II e o item "Relacionamento Professor - Aluno" do conteúdo programático do certame.

Isso posto, em análise das assertivas, demonstra-se:

A) Age de acordo com o Art. 232 da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

ALTERNATIVA CORRETA - J. conhecedora de suas atribuições pratica o ECA, considerando o Art. 232 e tendo cuidado para não infringir o mesmo - Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento:

B) Auxilia os alunos no desenvolvimento das atividades pedagógicas de acordo com as orientações e planejamento do professor.

ALTERNATIVA CORRETA - J. realiza apoio ao professor.

C) Zela pelo patrimônio da escola de forma que as condições do ambiente possam estar adequadas aos padrões estabelecidos pela instituição.

ALTERNATIVA INCORRETA - Zelar pelas condições do ambiente não é atribuição do Monitor de Creche e sim, das pessoas designadas para limpeza/conservação.

Não há descrição dessa atividade no certame.

D) Não submete a criança e/ou adolescente, sob seus cuidados, a situações vexatórias ou a constrangimentos, tratando-os com urbanidade e respeito.

ALTERNATIVA CORRETA - A alternativa D segue o mesmo contexto da A, sendo considerada correta.

Em função do exposto, tem-se:

Como a análise posterior de alternativas, a que menos se enquadra para o caso hipotético é a C, resposta da questão.

Desse modo, demonstra-se que não há ambiguidade na questão e/ou resposta.

Assim, o recurso é considerado improcedente e o gabarito deve ser mantido.

Fontes:

- Jornada Edu. Monitor escolar - qual o papel dele na escola?, 2020. Disponível em: <https://jornadaedu.com.br/gestao-escolar/monitor-escolar-qual-e-o-papel-dele-na-escola/> Acesso 11 set de 2024.
- MINAS GERAIS, PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA. Edital do concurso público - Atribuições do cargo Monitor de Creche II.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em análise das assertivas, demonstra-se:

I. Na recreação, os estímulos estão ligados às motivações e aos incentivos adequados para sua idade, sua cultura e a sociedade/comunidade na qual a criança está inserida.

ASSERTIVA CORRETA - Conforme COUTO et al, 2019, página 50 - As ações de promoção da saúde no contexto da primeira infância devem considerar a prescrição de práticas corporais/atividades físicas, com ênfase nas atividades lúdicas/recreativas em ambiente satisfatório e seguro para garantir à criança o acesso a um desenvolvimento biopsicossocial de boa qualidade (Portaria nº 687, 2006).

Isso posto, considera-se biopsicossocial, os aspectos físicos, sociais e de desenvolvimento psicológicos envolvidos.

II. Para o planejamento de atividades de recreação é necessário considerar o trabalho com classes heterogêneas, acolhendo as diferenças, trazendo benefícios ao desenvolvimento das crianças.

ASSERTIVA CORRETA - Os alunos, suas habilidades e seus ritmos são diferentes e, por isso mesmo, a interação entre eles contribui para o avanço das aprendizagens de todos. Desse modo, deve-se considerar as classes heterogêneas, acolhendo as diferenças. Lev Vygotsky é a referência desse modelo educacional para o desenvolvimento humano.

III. O educador deve valorizar todas as necessidades e limitações da criança e estimulá-la através de atividades que lhe proporcionem prazer e alegria para torná-la ativa.

ASSERTIVA CORRETA - Conforme COUTO et al, 2019, página 55 - Um ambiente educacional de qualidade para crianças pequenas deve conter diferentes e variados espaços para que a construção dos processos educativos e as práticas dos professores sejam desenvolvidas de forma satisfatória. Nesse sentido, o planejamento do ambiente das creches deve proporcionar às crianças um espaço acolhedor e que promova a facilitação da execução das atividades recreativas, promovendo assim a estimulação da autonomia, com conforto e segurança.

IV. Na recreação, a atividade de brincar é um recurso que caracteriza o modo de ação na infância, melhorando interações, crescimento e desenvolvimento.

ASSERTIVA CORRETA - Conforme COUTO et al, 2019, página 50 - A importância do brincar em um ambiente coletivo adequado ao desenvolvimento integral da criança, como preconizam as legislações que orientam a educação infantil, com destaque para a Política Nacional de Promoção da Saúde – PNPS (Portaria nº 687, 2006).

Em função do exposto, tem-se: Como todas as assertivas estão corretas, a resposta para a questão é a alternativa A. Desse modo, demonstra-se que não há ambiguidade na questão e/ou resposta.

Assim, o recurso é considerado improcedente e o gabarito deve ser mantido.

Fonte:

- COUTO, Fernanda Maria do; COUTO, Daniela Paula; BRUNHEROTTI, Maria Afonso Andrade. O ambiente coletivo na educação infantil: a importância da recreação para o desenvolvimento integral da criança. Aletheia v.52, n.1, p.50-65, jan./jun. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/v52n1/v52n1a05.pdf> Acesso em 10 set de 2024.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em função do exposto, tem-se:

Alternativa A - A) Crianças de um ano e sete meses a três anos e onze meses: promover um ambiente que convide as crianças a explorações e investigações na interação com caixas de papelão; montagem de caixas de madeira.

INCORRETA - Nessa alternativa, a atividade pedagógica não é própria para idade;

Alternativa B - B) Bebês de zero a um ano e seis meses: promover um ambiente que convide os bebês a explorações e investigações na interação com caixas de papelão; caixa de desafios: montagem de caixa de decopagem.

INCORRETA - Nessa alternativa, a atividade pedagógica não é própria para idade;

Alternativa C - C) Crianças de quatro anos a cinco anos e onze meses: promover um ambiente que estimule as crianças a realizar explorações e investigações a partir de suas sombras ou das sombras de objetos e brinquedos; investigar sombras, seus corpos e objetos.

GABARITO - RESPOSTA CORRETA - Associação correta entre faixa etária, proposta/objetivo e atividade pedagógica

Alternativa D - D) Crianças de um ano e sete meses a três anos e onze meses: criar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas como dança, teatro e música; a mesa do lanche: auxílio na organização dos momentos de refeição.

INCORRETA - Nessa alternativa, o objetivo não se alinha a faixa etária e a atividade pedagógica;

Desse modo, demonstra-se que não há ambiguidade na questão e/ou resposta.

Assim, o recurso é considerado improcedente e o gabarito deve ser mantido.

Fonte:

- FUNDAÇÃO ABRINQ. Práticas Pedagógicas - Programa Creche para todas as crianças. Disponível em <https://www.fadc.org.br/sites/default/files/2020-11/praticas-pedagogicas-na-educacao-infantil.pdf>. Acesso em 11 set de 2024.

Cargo: Nutricionista

Tipo 1 - BRANCA

8

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Sobre o fragmento *“Há crescente escassez de professores qualificados, comprometendo o ensino”*, é correto afirmar que:

O verbo haver está no sentido impessoal, pois tem sentido de existir. Assim, o trecho não tem sujeito. Portanto, *“Crescente escassez de professores qualificados”* é objeto direto do verbo haver.

A reescrita *“Há crescente escassez de professores qualificados, os quais comprometem o ensino”* está incorreta. Apesar do pronome relativo *“quais”* retomar professores, o sentido do trecho original é que a *“escassez”* compromete o ensino. Com isso, certifica-se que a afirmativa III está incorreta.

O verbo apresenta três formas nominais: infinitivo, particípio e gerúndio como o verbo comprometer, comprometendo e comprometido. O gerúndio transmite o sentido de continuidade, portanto, algo que continua acontecendo. Dessa forma, a afirmativa *“Comprometendo”* é uma das formas nominais do verbo *“comprometer”* e dá ao trecho sentido de desenvolvimento da ação está correta.

Devido à ausência de uma alternativa correta, a questão foi anulada.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática Reflexiva**: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

Tipo 1 - BRANCA

12

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O enunciado da questão apresenta a seguinte declaração *“Ao formar uma equipe com 5 estudantes, sendo dois deles do grupo X e os restantes do grupo Y, sobram 10 estudantes do grupo X”*. O termo *“formar uma equipe”* inviabiliza o cálculo da questão pois considera apenas a existência de uma única equipe com 5 pessoas. Dessa forma, como não há uma alternativa correta, a questão deve ser anulada.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para a questão precisa-se analisar as 3 afirmativas sobre o caso hipotético: o cardápio, os sintomas e fator do surto. *Bacillus cereus*: principais alimentos envolvidos são: arroz cozido, alimentos ricos em amido, molhos, pudins e sopas. Sintomas são: náuseas, vômitos, ocasionalmente diarreia e dores abdominais. Como prevenir: preparar o alimento próximo da hora de consumo, cozinhar bem os alimentos, guardar as sobras na geladeira e reaquecer bem todo o conteúdo da panela.

Escherichia coli: principais alimentos envolvidos são: saladas cruas e água contaminada. Como prevenir: Evitar preparar os alimentos quando estiver com diarreia; lavar as mãos depois de ir ao banheiro e antes de preparar alimentos; usar água tratada, fervida ou clorada para preparar os alimentos; lavar frutas, legumes e verduras com água de boa qualidade e cozinhar bem os alimentos. Sintomas comuns após o consumo do alimento contaminado: diarreia, vômitos, cólicas abdominais, náuseas, febre e dor de cabeça.

Fontes:

- SANTOS, I.G. **Nutrição**: clínica, esportiva, saúde coletiva e unidades de alimentação e nutrição. São Paulo (SP): Martinari, 2015.
- MUSSOI, T.D. **Nutrição**: curso prático. 1ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As configurações quadrada, circular ou redonda e hexagonal constituem, as menos indicadas para UAN. O formato quadrado quando é usado para a UAN, pode dificultar a localização dos setores e levar à necessidade de alocar alguns deles na parte central, inibindo/impossibilitando a iluminação e ventilação natural.

Fonte:

- SANT'ANA, H.M.P. **Planejamento Físico-Funcional de Unidades de Alimentação e Nutrição**. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2012.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão C não poderia ser a correta pois Vinícius possui Dislipidemia pelo baixo nível de HDL e associação ao aumento de LDL.

As dislipidemias podem ser classificadas de acordo com a fração lipídica alterada em:

- Hipercolesterolemia isolada: aumento isolado do LDL-c (LDL-c = 160 mg/dL).
- Hipertrigliceridemia isolada: aumento isolado dos triglicérides (TG = 150 mg/dL em jejum).
- Hiperlipidemia mista: aumento do LDL-c (LDL-c = 160 mg/dL) e dos TG (TG = 150 mg/dL). Se TG = 400 mg/dL, o cálculo do LDL-c pela fórmula de Friedewald é inadequado, devendo-se considerar a hiperlipidemia mista quando o não HDL-c = 190 mg/dL.
- HDL-c baixo: redução do HDL-c (homens < 40 mg/dL e mulheres < 50 mg/dL) isolada ou em associação ao aumento de LDL-c ou de TG.

Fonte:

- FALUDI, A.A. *et al.* Atualização da Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose – 2017. **Sociedade Brasileira de Cardiologia**, v. 109, n.2, Supl. 1, ago. 2017.

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa B.

A digestão das proteínas começa no estômago, com a pepsina secretada no suco gástrico, seguida pela ação das enzimas proteolíticas provenientes do pâncreas e da mucosa do intestino delgado. As enzimas do pâncreas não são secretadas na forma ativa, são como proenzimas ou zimogênios; posteriormente, pela ação de outros compostos, são ativadas pela perda de uma pequena parte da cadeia polipeptídica por meio de uma hidrólise parcial. Assim, por exemplo, o ácido clorídrico do estômago desnatura as proteínas e transforma o pepsinogênio em pepsina. Esta enzima começa a clivagem das proteínas dos alimentos, principalmente as ligações peptídicas que envolvem aminoácidos aromáticos e leucina. As proenzimas pancreáticas são ativadas pela enteroquinase do suco intestinal, que transforma o tripsinogênio em tripsina por meio de uma hidrólise. Esse processo é continuado por uma ativação em cascata das outras proenzimas pancreáticas pela ação da tripsina. A secreção de enzimas proteolíticas parece ser regulada pela presença de proteína da dieta no intestino delgado. As lipases secretadas nas partes superiores do SGI podem ter papel relativamente importante na dieta líquida dos bebês; entretanto, quando há insuficiência pancreática, torna-se aparente que as lipases gástricas e linguais não são suficientes para evitar a má absorção de lipídeos.

Fontes:

- COZZOLINO, S.M. **Biodisponibilidade de nutrientes**. 5. ed. rev. e atual. -- Barueri, SP: Manole, 2016.
- MAHAN, L. K., RAYMOND, J.L. **Krause: alimentos, nutrição e dietoterapia**. 14. ed. Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2018.

Cargo: Professor de AEE – Sala de Recurso

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A partir da leitura do texto e da análise argumentativa, seguem as análises de cada alternativa de resposta:

Reconhece o investimento nos planos de carreira como elemento-chave para a valorização do professor. Alternativa correta, visto que o plano de carreira envolve a valorização do crescimento e da experiência e qualificação, abrangendo a formação continuada, como se verifica no seguinte trecho: “Para a valorização profissional, deve-se promover planos de carreira atrativos que ofereçam perspectivas de crescimento e valorizem sua experiência e qualificação, a exemplo da Secretaria Municipal da Educação de São Paulo, que se destaca nessa área. Convém, também, implementar programas de formação continuada de qualidade para a atualização e o aprimoramento de práticas e habilidades alinhadas à atualidade”.

Promove a falta de incentivo à carreira docente. A alternativa é incorreta. De acordo com o dicionário da língua portuguesa, o verbo “promover” significa impulsionar e o autor do texto é a favor do incentivo à carreira do docente como se verifica no seguinte trecho: “ Faltam, ainda, incentivo, definição clara da carreira, salários coerentes e condições de trabalho, contribuindo para o desinteresse, a desmotivação e a evasão de profissionais, além da dificuldade na atração de novos talentos para a carreira.”

Considera que as novas tecnologias substituirão o professor em sala de aula. Alternativa incorreta. Logo no primeiro parágrafo, o autor cita o professor Antonio Nóvoa em sua fala de que no futuro muitas profissões desaparecerão, mas os professores não estarão nesse grupo. A partir disso, o pesquisador destaca o papel insubstituível do docente, mesmo diante de uma escola cada vez mais influenciada pelas tecnologias, que, de início, parecem ameaçar seu trabalho.

Julga que a reforma na educação deve ser iniciativa do professor, visto que ele é a base para a mudança significativa. Alternativa falsa. O autor defende que o professor é a base para a transformação, pois a liderança do docente é essencial nesse caminho de inovação. No entanto, há outros pontos mencionados no texto que não

dependem do professor para que aconteça como: valorização da carreira, saúde mental para promover o bem-estar dos educadores.

Fontes:

- O próprio texto.
- AQUINO, Renato. **Interpretação de Textos:** teoria e 815 questões comentadas. Série Concursos. 15. ed. Niterói: Impetus, 2014. 519p.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar; CLETO Ciley.
- **Interpretação de textos:** construindo competências e habilidades em leitura. Ensino Médio. 2. ed. São Paulo: Atual, 2012. 304p.

Tipo 1 - BRANCA

4

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No trecho que se baseia a questão, o “que” é um pronome relativo. “Destaca, ainda, a necessidade da reflexão sobre a prática pedagógica, que inclui novas metodologias ativas, abordagens como a cultura maker e a robótica, atualização constante e busca por aprimoramento profissional”. Pode ser substituído por “a qual” e retoma o substantivo “prática”. Os pronomes relativos podem desempenhar as funções de: sujeito, objeto direto, objeto indireto, predicativo, adjunto adnominal, complemento nominal, adjunto adverbial e agente da passiva.

“Destaca, ainda, a necessidade da reflexão sobre a prática pedagógica. A prática pedagógica inclui novas metodologias ativas, abordagens como a cultura maker e a robótica

Ao substituírmos o pronome relativo por seu correspondente, temos a segunda oração A prática pedagógica inclui novas metodologias ativas, abordagens como a cultura maker e a robótica”. Assim, verificamos que “prática pedagógica” tem a função de sujeito: “do verbo incluir. Portanto, o pronome relativo “que” também terá a função de sujeito.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática Reflexiva:** texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo.** 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

Tipo 1 - BRANCA

6

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Todas as alternativas de respostas são justificativas para o uso da crase. No entanto, apenas uma delas justifica o uso do acento grave em:

“Porém, há um contexto de desvalorização dessa classe no Brasil especialmente no que diz respeito à formação inicial e à continuada[...]

Na Língua Portuguesa há o verbo “respeitar” e o substantivo “respeito”. No contexto em tela, há a presença do substantivo “respeito”. Partindo dessa consideração, justifica-se a alternativa correta “O substantivo rege a preposição “a” que, seguido de substantivo feminino, admite o artigo feminino.”

O substantivo "respeito" rege as preposições "a", "por" ou "para com" que ao se juntar com o artigo feminino “a”, que antecede o substantivo feminino "formação, ocorre a fusão marcada pelo acento grave indicador de crase.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática Reflexiva:** texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).

- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

Tipo 1 - BRANCA
8

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Sobre o fragmento “*Há crescente escassez de professores qualificados, comprometendo o ensino*”, é correto afirmar que:

O verbo haver está no sentido impessoal, pois tem sentido de existir. Assim, o trecho não tem sujeito. Portanto, “Crescente escassez de professores qualificados” é objeto direto do verbo haver.

A reescrita “Há crescente escassez de professores qualificados, os quais comprometem o ensino” está incorreta. Apesar do pronome relativo “quais” retomar professores, o sentido do trecho original é que a “escassez” compromete o ensino. Com isso, certifica-se que a afirmativa III está incorreta.

O verbo apresenta três formas nominais: infinitivo, particípio e gerúndio como o verbo comprometer, comprometendo e comprometido. O gerúndio transmite o sentido de continuidade, portanto, algo que continua acontecendo. Dessa forma, a afirmativa “Comprometendo” é uma das formas nominais do verbo “comprometer” e dá ao trecho sentido de desenvolvimento da ação está correta.

Devido à ausência de uma alternativa correta, a questão foi anulada.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática Reflexiva**: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

Tipo 1 - BRANCA
15

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O enunciado da questão apresenta a seguinte declaração “Ao formar uma equipe com 5 estudantes, sendo dois deles do grupo X e os restantes do grupo Y, sobram 10 estudantes do grupo X”. O termo “formar uma equipe” inviabiliza o cálculo da questão pois considera apenas a existência de uma única equipe com 5 pessoas. Dessa forma, como não há uma alternativa correta, a questão deve ser anulada.

Tipo 1 - BRANCA
23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A presente questão, de fato, tem duas alternativas de respostas idênticas: letra B e letra D. Contudo, a resposta correta, conforme divulgada no gabarito preliminar, é a letra C, não inviabilizando a indicação da alternativa correta, de acordo com a análise das afirmativas. Dessa forma, constata-se que a sequência correta das afirmativas é V, V, F, F, razão pela qual a única alternativa que abarca corretamente a sequência está elencada na alternativa C, de maneira que não há que se falar em duplicidade de respostas. Com isso, mantém-se o gabarito preliminarmente divulgado.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação aos argumentos apresentados, pontua-se que na exclusão, a pessoa é direta ou indiretamente privada de qualquer forma de relação com os grupos sociais, sejam os grupos dos indivíduos considerados “normais” ou daqueles considerados “não normais”, é como se eles não existisse m. Ressalta-se, igualmente que na exclusão não há preocupação em contemplar formas de apoios ou assistências. Diferente da exclusão, o modelo social do paradigma da segregação é o assistencialismo — prática de prestar assistência e de dar auxílio __ sendo a assistência recebida bastante incipiente e, por vezes, precária. Observa-se também que a sociedade desenvolveu formas organizadas de lidar com as pessoas com deficiência e, para concretizar a oferta do assistencialismo, os indivíduos com deficiência são encerrados instituições por toda sua vida, ou seja, acreditando-se na sua incapacidade de compartilhar e atuar nos espaços sociais “normais”, eles devem ser agrupados com outras pessoas com eficiência apenas, os seus pares. O modelo social do paradigma da segregação fortalece a ideia da separação em locais específicos para o isolamento das pessoas com deficiência. A imagem a seguir é que representa o modelo social do paradigma da segregação e do assistencialismo.



Portanto, a banca não encontra respaldo para atender às solicitações recursais e confirma o gabarito preliminar divulgado para a Questão, a saber, Letra A.

Fontes:

- http://conselhos.social.mg.gov.br/conped/images/conferencias/inclusao_integracao.pdf
- https://medium.com/@gabifernandes_74906
- <https://eureca.me/exclusao-segregacao-integracao-e-inclusao>

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação aos argumentos apresentados, pontua-se que os Transtornos Globais do Desenvolvimento constituem um conjunto composto pelo autismo e outros transtornos que estão associados a este espectro, tais como: Transtorno de Rett; Transtorno Desintegrativo da Infância; Transtorno de Asperger e Transtorno Global do Desenvolvimento Sem Outra Especificação; além de estarem incluídas outras nomenclaturas referentes ao autismo como: autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico (DSM-IV, 2002). Atualmente o DSM-V absorveu esses transtornos em um único diagnóstico – Transtornos do Espectro Autista. O Transtorno do Espectro Autista, segundo a Lei de nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 é considerado como deficiência para todos os efeitos legais e suas manifestações comportamentais o definem e incluem déficits qualitativos na interação social e na comunicação, padrões de comportamento repetitivos e estereotipados e um repertório restrito de interesses e atividades. A diretiva da questão não afirma que as informações ofertadas têm caráter generalizante, esta é uma conclusão/informação do texto recursal, apenas. A grande variabilidade no grau de habilidades sociais, de comunicação e dos padrões de comportamento inerentes aos indivíduos que estão no Transtornos do Espectro Autista justifica, exatamente, o termo “espectro”, ou seja, uma ampla gama de sintomas e níveis de gravidade que vão de leve a grave, e suas manifestações podem diferenciar-se

de sujeito a sujeito, resultando sempre em um caso singular . Assim sendo, os dados apresentados no enunciado estão plenamente de acordo com a definição e nomenclatura, tanto legal quanto técnica. Portanto, a banca não encontra respaldo para atender às solicitações recursais e confirma o gabarito preliminar divulgado para a Questão, a saber, Letra B.

Fontes:

- Transtorno Globais do Desenvolvimento (TGD) Transtorno do Espectro Autista (TEA), conteúdo programático editalício.
- <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/581290/2/Transtornos%20globais%20do%20desenvolvimento%20e%20altas%20habilidades.pdf>
- <https://www.acessibilidadenotrabalho.org/modulos/visoes-atuais-sobre-a-condicao-da-deficiencia/pessoas-com-deficiencia-psicossocial-transtornos-mentais>

Cargo: Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistiva (ACLTA)

Tipo 1 - BRANCA

1

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme se pode verificar nas fontes abaixo disponibilizadas:

Em quimbundo, quilo significa sono, daí o entendimento de que a expressão fazer o quilo é dar uma boa cochilada depois do almoço. É a siesta, a sesta praticada em vários países, período vespertino em que tudo para e só volta a funcionar lá pelo final da tarde.

“Fazer um quilininho” é expressão utilizada para fazer referência a um “cochilo pós-almoço”.

Fontes:

- https://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2019/02/04/interna_cultura,1027498/fazer-o-quilo.shtml#:~:text=Em%20quimbundo%2C%20quilo%20significa%20sono,l%C3%A1%20pelo%20final%20da%20tarde.
- <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/noticia/fazer-um-quilininho-e-expressao-utilizada-para-fazer-referencia-a-um-cochilo-pos-almoco.ghtml>

Tipo 1 - BRANCA

3

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Exceto “*satisfeitinho*”, os termos listados não variam em gênero, o que torna incorreta a alternativa que traz essa hipótese.

Exceto “*canetinhas*”, os termos listados não se flexionam em plural quanto ao número, o que faz com que não estejam flexionados de mesma forma, o que torna incorreta a alternativa que traz essa hipótese.

Há flexão de grau, em diminutivo sintético. Conforme Cegalla, “*grau dos substantivos é a propriedade que essas palavras têm de exprimir as variações de tamanho dos seres. [...] O grau diminutivo exprime um ser com seu tamanho normal diminuído. Pode ser formado sintética ou analiticamente. a) Diminutivo sintético: forma-se com sufixos diminutivos*” . É o caso dos vocábulo listados, formados a partir do sufixo “*-inho(a)*”, o que torna essa a alternativa correta.

Não é correto dizer que os vocábulo listados são flexionados de mesma forma em diminutivo analítico, pois não se formam com o adjetivo “*pequeno*” , ou outros de igual sentido.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De modo a corroborar a resposta apontada como correta, reproduzem-se definições para o termo “etimologia”, advindas dos Dicionários Priberam e Michaelis On-line:

etimologia

(e·ti·mo·lo·gi·a)

substantivo feminino

1. [Gramática] Parte da gramática que trata da origem e formação das palavras.

2. Origem de uma palavra. = ÉTIMO

etimologia

e·ti·mo·lo·gi·a

sf

LING

1 Pesquisa e estudo da origem, da formação e da evolução de uma palavra de determinada língua.

2 Disciplina que tem como função explicar as evoluções sucessivas das palavras remontando o mais longe possível no passado até chegar ao seu étimo.

3 Origem de uma palavra, seja na sua forma mais antiga, seja em alguma fase de sua evolução; étimo: A etimologia de “embora” é a contração da locução “em boa hora”.

Vale frisar que o campo de estudos do significado das palavras refere-se à semântica, e não à etimologia. Já as alternativas diversas nada têm a ver com o significado de etimologia, de modo que também estão incorretas.

Fontes:

- "etimologia", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2024, <https://dicionario.priberam.org/etimologia>.
- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/etimologia/>

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão envolve o conteúdo de razões especiais. Existem algumas razões especiais muito utilizadas em nosso cotidiano, entre as quais: velocidade média, escala, densidade demográfica e densidade de um corpo. Para o desenvolvimento da questão, suponha, sem perda de generalidade que o trajeto em torno da lagoa seja de 15 km. O termo “sem perda da generalidade” reforça que esta questão pode ser resolvida supondo qualquer valor de distância. Assim, na ida, Juliana gastou $15/15 = 1$ hora. Na volta, Juliana gastou $15/10 = 1,5$ horas. Assim, no percurso total de $15+15=30$ km, Juliana gastou $1+1,5=2,5$ horas. Portanto, a velocidade média desenvolvida considerando todo o percurso é de $30/2,5 = 12$ km/h. Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Segundo o princípio da regressão/reversão, o número de documentos x deve satisfazer

$$\frac{42}{53}x = 38 + 28 = 66$$

Essa equação não apresenta solução inteira para x. Portanto, a questão deve ser anulada.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que não é citado no ECA o tema abandono intelectual ou que em citando não se refere ao acompanhamento de frequência, como se não houvesse na afirmativa a banca não tivesse incluído a frase “Além de efetuar a matrícula”. Outro recurso requer a afirmativa II como errada pois não cita também a saúde na assertiva, outro recurso alega falta de entendimento por não citação do termo “autoridade”. A banca julga improcedentes os recursos. No ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) existe previsão obrigando os pais ou responsáveis a matricular seus filhos na rede escolar: Art. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino. Ademais, a presença da família de forma ativa na educação das crianças, aumenta consideravelmente o rendimento escolar, visto que fortalece o interesse dos pequenos, elevando a importância da educação em suas vidas. A presença da família na educação das crianças é um dever expresso no art. 129, art. 229 e art. 249 do ECA, o qual não deixa dúvidas quanto sua obrigação de acompanhar frequência e aproveitamento escolar dos filhos. O descumprimento dos deveres relacionados à educação dos filhos faz incidir as medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo a mais grave a destituição do pátrio poder, "poder familiar", bem como ainda, possivelmente constituir crime de abandono intelectual, punido com detenção de 15 dias a um mês, ou multa: Art. 129. São medidas aplicáveis aos pais ou responsável: VII - advertência; VIII - perda da guarda; IX - destituição da tutela; X - suspensão ou destituição do pátrio poder familiar. Parágrafo único. Na aplicação das medidas previstas nos incisos IX e X deste artigo, observar-se-á o disposto nos arts. 23 e 24. Art. 246 - Deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar: Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa. Art. 249. Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao pátrio poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar: (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência. Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência. Desta forma, é inegável o dever dos pais ou responsável legal de acompanhar ativamente a educação das crianças, cumprindo as responsabilidades do poder familiar, atribuídas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Constituição Federal. Esta prática, além de evitar alguma sanção prevista em lei, é positiva, no sentido de auxiliar na melhora do rendimento escolar da criança sob sua responsabilidade. Quanto a ausência da palavra saúde na afirmativa, esta não afeta a assertividade da questão pois não se trata de transcrição de artigo e sim de interpretação deste. Sendo assim, não há erro em afirmar que é dever do Estado prestar assistência social, pois trata-se de entender que, receber suplementação mediante programas que fornecem material didático, transporte, alimentação é ser assistido socialmente.

Fontes:

- Neves, Gustavo Bregalda; Rosa, Emanuel. Loyola, Kheyder. ECA – Estatuto da Criança e do adolescente. Lei federal nº 8069/1990. Leis comentadas para concurso- Editora Rideel – 2019. P. 119 e 120.
- <https://www.migalhas.com.br/depeso/353309/responsabilidade-legal-na-educacao-das-criancas>
- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação aos argumentos apresentados, pontua-se que para a criança surdocega em fase pós-linguística, são consideradas formas de comunicação receptiva: Língua de sinais tátil; Língua de sinais em campo visual reduzido ; Alfabeto manual tátil; Sistema braile tátil ou manual; Escrita na palma da mão ;Tablitas alfabéticas; Materiais técnicos do sistema alfabético com retransmissão em braile; Método Tadoma ; Sistema Malossi; Escrita em tinta; Leitura labial; Língua oral amplificada. A forma correta é “Alfabeto manual tátil, um sistema de comunicação alfabético correspondente ao alfabeto manual (dactilologia). A realização do alfabeto manual tátil como via de comunicação consiste na realização das letras sobre a palma da mão da criança surdocega para que ela perceba, por meio do tato, a realização do sinal, estabelecendo seu significado correspondente.” Portanto, a banca não encontra

respaldo para atender às solicitações recursais e confirma o gabarito preliminar divulgado para a Questão, a saber, Letra A.

Fontes:

- <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/surdosegueira.pdf>
- Saberes e Práticas da Inclusão, Educação Infantil, volume 5. Dificuldades de Comunicação e Sinalização, Surdocegueira e Deficiência Sensorial Múltipla. Brasília 2006. (Páginas 29-32).

Tipo 1 - BRANCA

33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação aos argumentos apresentados, segundo o disposto no “SOROBAN Manual de Técnicas Operatórias para Pessoas com Deficiência Visual, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / Secretaria de Educação Especial”, pontua-se que para o “Registro de números naturais no Soroban devem ser observados os seguintes aspectos: (a) as contas do soroban são usadas para registrar os algarismos. Elas representam um número quando encostadas na régua e perdem o valor quando afastadas da mesma; (b) as contas situadas na parte inferior têm o valor 1 (um) e a conta situada na parte superior tem valor 5 (cinco). Para representar o número 5, encosta-se na régua, na ordem das unidades, apenas a conta da parte superior; (c) em cada eixo é possível representar os dez algarismos, de 0 a 9. Todavia, somente um algarismo de cada vez; (d) os números são registrados da esquerda para a direita, ou seja, a partir da ordem mais elevada, da mesma forma como se registra no papel; (e) utilizam-se tantos eixos quantos forem os algarismos, observando-se a posição correta de ordens e classes. Em todas as classes, o eixo da direita corresponde à ordem das unidades, o do meio, à ordem das dezenas e o da esquerda, à ordem das centenas; (f) faz-se necessário que todas as contas estejam afastadas da régua para se registrar um número no Soroban; (g) recomenda-se que o operador siga as orientações quanto à utilização dos dedos indicadores e polegares de ambas as mãos para adquirir agilidade e destreza no manuseio do Soroban; (h) caso o aluno seja canhoto ou tenha qualquer outro motivo que o justifique, pode usar o lado esquerdo do Soroban”. Portanto, a banca não encontra respaldo para atender às solicitações recursais e confirma o gabarito preliminar divulgado para a Questão, a saber, Letra A.

Fontes:

- <https://iparadigma.org.br/wp-content/uploads/Ed-incluisva-43.pdf>
- http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12249-soroban-manual-de-tecnicas-operatorias-site-mec-pdf&Itemid=30192
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. “Soroban: manual de técnicas operatórias para pessoas com deficiência visual /elaboração: Mota, Maria Glória Batista da... [et al.]. Secretaria de Educação Especial – Brasília: SEESP, 2009. 1a edição. (Página s 19-21)

Tipo 1 - BRANCA

35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação aos argumentos apresentados, segundo o disposto nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, nas suas páginas 57-58, pontua-se que “As dificuldades na escola apresentam-se como um contínuo, compreendendo desde situações mais simples e transitórias até situações mais complexas e permanentes, que requerem o uso de técnicas e recursos especiais para que seja viabilizado o acesso ao currículo por parte do educando. Atender a esse contínuo de dificuldades requer respostas educativas adequadas, que abrangem graduais e progressivas adaptações de acesso ao currículo, bem como adaptações de seus elementos. Em muitos casos singulares... deverá ser proporcionado um currículo funcional. O currículo funcional... distingue-se pelo caráter pragmático das atividades previstas nos parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do Art. 26 e Art. 32 da LDBEN e pelas adaptações curriculares muito significativas. ... Tanto o currículo quanto a avaliação devem ser funcionais”. Por outro lado, o Currículo Formal refere-se apenas ao currículo estabelecido pelos sistemas de ensino, é expresso em diretrizes

curriculares, existindo, ainda, o Currículo Real e o Currículo Oculto (MOREIRA; SILVA, 1997). Portanto, a banca não encontra respaldo para atender às solicitações recursais e confirma o gabarito preliminar divulgado para a Questão, a saber, Letra B.

Fontes:

- <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf>
- <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>
- Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica MEC; SEESP; 2001; página 57-58.

Cargo: Professor de Educação Física

Tipo 1 - BRANCA

1

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme se pode verificar nas fontes abaixo disponibilizadas:

Em quimbundo, quilo significa sono, daí o entendimento de que a expressão fazer o quilo é dar uma boa cochilada depois do almoço. É a siesta, a sesta praticada em vários países, período vespertino em que tudo para e só volta a funcionar lá pelo final da tarde.

“Fazer um quilinho” é expressão utilizada para fazer referência a um “cochilo pós-almoço”.

Fontes:

- https://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2019/02/04/interna_cultura,1027498/fazer-o-quilo.shtml#:~:text=Em%20quimbundo%2C%20quilo%20significa%20sono,l%C3%A1%20pelo%20final%20da%20tarde.
- <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/noticia/fazer-um-quilinho-e-expressao-utilizada-para-fazer-referencia-a-um-cochilo-pos-almoco.ghtml>

Tipo 1 - BRANCA

13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão envolve o conteúdo de razões especiais. Existem algumas razões especiais muito utilizadas em nosso cotidiano, entre as quais: velocidade média, escala, densidade demográfica e densidade de um corpo. Para o desenvolvimento da questão, suponha, sem perda de generalidade que o trajeto em torno da lagoa seja de 15 km. O termo “sem perda da generalidade” reforça que esta questão pode ser resolvida supondo qualquer valor de distância. Assim, na ida, Juliana gastou $15/15 = 1$ hora. Na volta, Juliana gastou $15/10 = 1,5$ horas. Assim, no percurso total de $15+15=30$ km, Juliana gastou $1+1,5=2,5$ horas. Portanto, a velocidade média desenvolvida considerando todo o percurso é de $30/2,5 = 12$ km/h. Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Tipo 1 - BRANCA

15

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Segundo o princípio da regressão/reversão, o número de documentos x deve satisfazer

$$\frac{4}{5}x = 38 + 28 = 66$$

Essa equação não apresenta solução inteira para x. Portanto, a questão deve ser anulada.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que “equilibrarão majorante” é a construção de várias partes importantes que se completam possuindo a característica de ampliar os esquemas do sujeito, dessa forma caminhar em direção a um desenvolvimento cada vez mais aperfeiçoado. A banca não vê contradições entre esta explicação e a oferecida na questão, particularmente o comando “Na medida em que as estruturas disponíveis se tornam insuficientes para operar uma nova situação, ocorrem contradições e discrepâncias, indo **em direção a um estado superior e mais complexo de equilíbrio**, o que equivale a dizer, caminhar em direção a um desenvolvimento cada vez mais aperfeiçoado. O argumento apresentado não invalida a questão, mas a corrobora. De acordo com Palangana, “na medida em que as estruturas disponíveis se tornam insuficientes para operar uma nova situação, ocorrem contradições e discrepâncias, indo em direção a um estado superior e mais complexo de equilíbrio. Piaget denomina esse movimento de equilíbrio majorante, uma vez que, ao longo dele, as perturbações cognitivas são superadas. É por meio desse processo interminável de desequilíbrios e novas equilíbrios superiores que, no entender de Piaget, ocorrem a construção e a progressão do conhecimento”. Outro recurso requer alteração de gabarito para a afirmativa B. Contudo, no contexto da questão esta afirmativa não atende, já que adaptação cognitiva é um processo mais amplo que engloba tanto a assimilação quanto a acomodação. A equilíbrio majorante é um aspecto específico da adaptação cognitiva.

Fonte:

- Palangana, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotski. A relevância social. Summus Editorial. P. 106 e 107.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para elucidar a questão, é possível recorrer aos transcritos do Comitê Olímpico Internacional (COI), além das regras oficiais da modalidade olímpica “atletismo” para confirmar que: o programa Olímpico atual desenvolvido em Paris 2024 incluiu duas modalidades combinadas: o heptatlo feminino, com sete provas, e o decatlo masculino, com dez, ambos disputados em dois dias, conforme preconizam as regras oficiais do atletismo. As duas competições testam as habilidades dos atletas em diversas categorias, com o atleta mais completo conquistando a medalha de ouro. As provas são disputadas dentro ou ao redor da pista do Estádio Olímpico, na área de salto (salto em altura e salto com vara), na área de pulos (salto em distância e salto triplo), no círculo de arremesso (arremesso de peso, lançamento de disco e lançamento de martelo) e a pista do lançamento de dardo. Os atletas competem um após o outro e há uma fase classificatória em que os melhores competidores garantem vaga na final.

Desta forma, não há equívocos ou senões que possam prejudicar ou invalidar a questão. Não há erros de digitação, nem alternativas dúbias ou similares para validar anular a questão, conforme sustenta o recurso. Os candidatos precisavam se atentar para o seguinte comando da questão: “exemplos **exclusivos** de provas combinadas no atletismo para homens e mulheres, **respectivamente**”.

Visto posto, o parecer desta banca se fundamenta na manutenção do gabarito apresentado.

Fonte:

- <https://olympics.com/pt/paris-2024/esportes/atletismo>

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais dispõem que existem duas respostas e, portanto, solicita a anulação da questão.

Tomando como referência os estudos da autora Suraya Darido (2003), sobre as abordagens pedagógicas na/da Educação Física, onde são apresentadas as diferentes concepções sobre o papel deste componente curricular na escola é possível aferir que a Abordagem Pedagógica Crítico superadora “propõem que se considere a relevância social dos conteúdos, sua contemporaneidade e sua adequação às características sociocognitivas dos alunos. Enquanto organização do currículo, ressaltam que é preciso fazer com que o aluno confronte os conhecimentos do senso comum com o conhecimento científico, para ampliar o seu acervo de conhecimento”, conforme descrição clara no enunciado da questão.

Assim sendo, não há equívocos ou contradições que prejudicassem o entendimento da questão, sendo notório o reconhecimento de que as características apresentadas na questão se referem a Abordagem pedagógica denominada: crítico Superadora.

Desta forma, o parecer desta banca se fundamenta na manutenção do gabarito apresentado.

Fonte:

- <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/41548/1/01d19t02.pdf>

Cargo: Professor de Geografia

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão envolve o conteúdo de razões especiais. Existem algumas razões especiais muito utilizadas em nosso cotidiano, entre as quais: velocidade média, escala, densidade demográfica e densidade de um corpo. Para o desenvolvimento da questão, suponha, sem perda de generalidade que o trajeto em torno da lagoa seja de 15 km. O termo “sem perda da generalidade” reforça que esta questão pode ser resolvida supondo qualquer valor de distância. Assim, na ida, Juliana gastou $15/15 = 1$ hora. Na volta, Juliana gastou $15/10 = 1,5$ horas. Assim, no percurso total de $15+15=30$ km, Juliana gastou $1+1,5=2,5$ horas. Portanto, a velocidade média desenvolvida considerando todo o percurso é de $30/2,5 = 12$ km/h. Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Segundo o princípio da regressão/reversão, o número de documentos x deve satisfazer

$$\frac{4}{5}x = 38 + 28 = 66$$

Essa equação não apresenta solução inteira para x. Portanto, a questão deve ser anulada.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A fuga de cérebros, também conhecida como fuga de talentos ou emigração qualificada, é um fenômeno que ocorre quando profissionais altamente qualificados emigram de seus países de origem em busca de melhores oportunidades profissionais, educacionais ou de qualidade de vida em outros países. No contexto brasileiro, esse fenômeno tem sido objeto de estudo e preocupação, especialmente devido aos impactos na economia e no desenvolvimento científico e tecnológico do país. Considerando essas informações, analise as seguintes afirmações:

- A fuga de cérebros afeta principalmente setores como ciência, tecnologia, engenharia e medicina, nos quais o Brasil investe consideravelmente em formação de profissionais. O que se verifica é que a fuga de cérebros afeta os setores da ciência, tecnologia, engenharia e medicina, uma vez que são para estes setores que se destinam os investimentos em ciência e tecnologia, incluindo a formação profissional. (Correta)
- A fuga de cérebros é uma consequência direta da falta de oportunidades de emprego qualificado e de políticas de valorização do profissional no Brasil. (Correta)
- A fuga de cérebros pode gerar um impacto positivo para o Brasil, pois promove a disseminação do conhecimento e da expertise brasileira em outros países. (Incorreta, pois gera um impacto negativo, porque o país investiu em formação dos profissionais e em ciência e tecnologia e depois eles vão embora do país, sem dar retorno do investimento).
- A fuga de cérebros é um fenômeno que pode ocorrer tanto em países em desenvolvimento, como também em nações desenvolvidas. (Correta, porque apesar de ocorrer mais em países em desenvolvimento, também pode ocorrer em países desenvolvidos).

Estão corretas as alternativas 1, 2 e 4.

Fonte:

- Garcia, E. (2018). A fuga de cérebros no Brasil: quem ganha e quem perde com a emigração qualificada. Revista Brasileira de Estudos de População, 35(3), 587-601.

Cargo: Professor de História

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme se pode verificar nas fontes abaixo disponibilizadas:

Em quimbundo, quilo significa sono, daí o entendimento de que a expressão fazer o quilo é dar uma boa cochilada depois do almoço. É a siesta, a sesta praticada em vários países, período vespertino em que tudo para e só volta a funcionar lá pelo final da tarde.

“Fazer um quilininho” é expressão utilizada para fazer referência a um “cochilo pós-almoço”.

Fontes:

- https://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2019/02/04/interna_cultura,1027498/fazer-o-quilo.shtml#:~:text=Em%20quimbundo%2C%20quilo%20significa%20sono,l%C3%A1%20pelo%20final%20da%20tarde.
- <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/noticia/fazer-um-quilininho-e-expressao-utilizada-para-fazer-referencia-a-um-cochilo-pos-almoco.ghtml>

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De modo a corroborar a resposta apontada como correta, reproduz-se explicação de Cegalla para o caso em comento:

Se a conjunção ou indicar exclusão ou retificação, o verbo concordará com o núcleo do sujeito mais próximo:

Paulo ou Antônio será o presidente.

O ladrão ou os ladrões não deixaram nenhum vestígio.

Ainda não foi encontrado o autor ou os autores do crime.

"O chefe ou um dos delegados, não me lembra, era amigo do Andrade." (MACHADO DE ASSIS)

Não há regra que preveja as hipóteses consideradas nas alternativas diversas, o que as torna incorretas.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.
- **Conteúdo programático:** Concordância verbal ou nominal.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De modo a corroborar a resposta apontada como correta, reproduzem-se definições para o termo “etimologia”, advindas dos Dicionários Priberam e Michaelis On-line:

etimologia

(e·ti·mo·lo·gi·a)

substantivo feminino

1. [Gramática] Parte da gramática que trata da origem e formação das palavras.

2. Origem de uma palavra. = ÉTIMO

etimologia

e·ti·mo·lo·gi·a

sf

LING

1 Pesquisa e estudo da origem, da formação e da evolução de uma palavra de determinada língua.

2 Disciplina que tem como função explicar as evoluções sucessivas das palavras remontando o mais longe possível no passado até chegar ao seu étimo.

3 Origem de uma palavra, seja na sua forma mais antiga, seja em alguma fase de sua evolução; étimo: A etimologia de “embora” é a contração da locução “em boa hora”.

Vale frisar que o campo de estudos do significado das palavras refere-se à semântica, e não à etimologia. Já as alternativas diversas nada têm a ver com o significado de etimologia, de modo que também estão incorretas.

Fontes:

- "etimologia", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2024, <https://dicionario.priberam.org/etimologia>.
- <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/etimologia/>

Tipo 1 - BRANCA

13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão envolve o conteúdo de razões especiais. Existem algumas razões especiais muito utilizadas em nosso cotidiano, entre as quais: velocidade média, escala, densidade demográfica e densidade de um corpo. Para o desenvolvimento da questão, suponha, sem perda de generalidade que o trajeto em torno da lagoa seja de 15 km. O termo “sem perda da generalidade” reforça que esta questão pode ser resolvida supondo qualquer valor de distância. Assim, na ida, Juliana gastou $15/15 = 1$ hora. Na volta, Juliana gastou $15/10 = 1,5$ horas. Assim, no percurso total de $15+15=30$ km, Juliana gastou $1+1,5=2,5$ horas. Portanto, a velocidade média desenvolvida considerando todo o percurso é de $30/2,5 = 12$ km/h. Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Tipo 1 - BRANCA

15

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Segundo o princípio da regressão/reversão, o número de documentos x deve satisfazer

$$\frac{42}{53}x = 38 + 28 = 66$$

Essa equação não apresenta solução inteira para x. Portanto, a questão deve ser anulada.

Tipo 1 - BRANCA

19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os candidatos sustentam que a questão não oferece resposta, no que se equivocam, pois a questão se atém a previsão expressa em texto de lei, não havendo margem para questionar o enunciado, visto que o conhecimento aprofundado da normativa é o elemento essencial para a identificação da resposta correta e a constatação de que a **exceção** exigida não consta no rol do Art. 33 da Lei Municipal nº 1.519, de 30 de dezembro de 1993 – Dispõe sobre o Estatuto e o Quadro de Pessoal do Magistério da Prefeitura Municipal de Além Paraíba.

Vejamos:

Art. 33 Ao entrar em exercício, o funcionário nomeado para cargo de provimento efetivo é sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo observados os seguintes fatores:

I - assiduidade;

II - disciplina;

III - pontualidade;

IV - eficiência;

V - idoneidade moral.

Assim, considerando o exposto, são **IMPROCEDENTES** os recursos, ratificando-se o gabarito preliminar.

Fonte:

- <https://leismunicipais.com.br/a/mg/a/alem-paraiba/lei-ordinaria/1993/152/1519/lei-ordinaria-n-1519-1993-dispoe-sobre-o-estatuto-e-o-quadro-de-pessoal-do-magisterio-da-prefeitura-municipal-de-alem-paraiba-e-das-outras-providencias>

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que “equilibrarão majorante” é a construção de várias partes importantes que se completam possuindo a característica de ampliar os esquemas do sujeito, dessa forma caminhar em direção a um desenvolvimento cada vez mais aperfeiçoado. A banca não vê contradições entre esta explicação e a oferecida na questão, particularmente o comando “Na medida em que as estruturas disponíveis se tornam insuficientes para operar uma nova situação, ocorrem contradições e discrepâncias, indo **em direção a um estado superior e mais complexo de equilíbrio**, o que equivale a dizer, caminhar em direção a um desenvolvimento cada vez mais aperfeiçoado. O argumento apresentado não invalida a questão, mas a corrobora. De acordo com Palangana, “na medida em que as estruturas disponíveis se tornam insuficientes para operar uma nova situação, ocorrem contradições e discrepâncias, indo em direção a um estado superior e mais complexo de equilíbrio. Piaget denomina esse movimento de equilibração majorante, uma vez que, ao longo dele, as perturbações cognitivas são superadas. É por meio desse processo interminável de desequilíbrios e novas equilibrações superiores que, no entender de Piaget, ocorrem a construção e a progressão do conhecimento”. Outro recurso requer alteração de gabarito para a afirmativa B. Contudo, no contexto da questão esta afirmativa não atende, já que adaptação cognitiva é um processo mais amplo que engloba tanto a assimilação quanto a acomodação. A equilibração majorante é um aspecto específico da adaptação cognitiva.

Fonte:

- Palangana, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotski. A relevância social. Summus Editorial. P. 106 e 107.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que não é citado no ECA o tema abandono intelectual ou que em citando não se refere ao acompanhamento de frequência, como se não houvesse na afirmativa a banca não tivesse incluído a frase “Além de efetuar a matrícula”. Outro recurso requer a afirmativa II como errada pois não cita também a saúde na assertiva, outro recurso alega falta de entendimento por não citação do termo “autoridade”. A banca julga improcedentes os recursos. No ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) existe previsão obrigando os pais ou responsáveis a matricular seus filhos na rede escolar: Art. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino. Ademais, a presença da família de forma ativa na educação das crianças, aumenta consideravelmente o rendimento escolar, visto que fortalece o interesse dos pequenos, elevando a importância da educação em suas vidas. A presença da família na educação das crianças é um dever expresso no art. 129, art. 229 e art. 249 do ECA, o qual não deixa dúvidas quanto sua obrigação de acompanhar frequência e aproveitamento escolar dos filhos. O descumprimento dos deveres relacionados à educação dos filhos faz incidir as medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo a mais grave a destituição do pátrio poder, "poder familiar", bem como ainda, possivelmente constituir crime de abandono intelectual, punido com detenção de 15 dias a um mês, ou multa: Art. 129. São medidas aplicáveis aos pais ou responsável: VII - advertência; VIII - perda da guarda; IX - destituição da tutela; X - suspensão ou destituição do pátrio poder familiar. Parágrafo único. Na aplicação das medidas previstas nos incisos IX e X deste artigo, observar-se-á o disposto nos arts. 23 e 24. Art. 246 - Deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar: Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa. Art. 249. Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao pátrio poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar: (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência. Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência. Desta forma, é inegável o dever dos pais ou responsável legal de acompanhar ativamente a educação das crianças, cumprindo as responsabilidades do poder familiar, atribuídas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Constituição Federal. Esta prática, além de evitar alguma sanção prevista em lei, é positiva, no sentido de auxiliar na melhora do rendimento escolar da

criança sob sua responsabilidade. Quanto a ausência da palavra saúde na afirmativa, esta não afeta a assertividade da questão pois não se trata de transcrição de artigo e sim de interpretação deste. Sendo assim, não há erro em afirmar que é dever do Estado prestar assistência social, pois trata-se de entender que, receber suplementação mediante programas que fornecem material didático, transporte, alimentação é ser assistido socialmente.

Fontes:

- Neves, Gustavo Bregalda; Rosa, Emanuel. Loyola, Kheyder. ECA – Estatuto da Criança de do adolescente. Lei federal nº 8069/1990. Leis comentadas para concurso- Editora Rideel – 2019. P. 119 e 120.
- <https://www.migalhas.com.br/depeso/353309/responsabilidade-legal-na-educacao-das-criancas>
- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

Tipo 1 - BRANCA

25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustenta o recurso que a formulação da questão não reflete adequadamente a teoria psicossexual de Freud, utilizando-se de termos mais modernos do que os vistos quando da contribuição de Freud. A banca julga improcedente o recurso, uma vez que a teoria freudiana, assim como qualquer outra, deve ser compreendida no contexto atual, posto que ainda são requeridas na práxis pedagógica e no cotidiano escolar. A fase fálica é crucial para o desenvolvimento da identidade de gênero, pois é nesse período que a criança se identifica com o genitor do mesmo sexo e internaliza os valores e normas sociais relacionados ao gênero. A resolução bem-sucedida do Complexo de Édipo ou Elektra permite que a criança desenvolva uma identidade de gênero saudável e estabeleça relações interpessoais mais complexas. A fase oral é caracterizada pela busca de prazer através da boca, a fase oral está mais relacionada à alimentação e à exploração do mundo através dos sentidos. O desenvolvimento da linguagem e da comunicação ocorre em fases posteriores; na fase anal a criança experimenta o controle dos esfínteres, o que está ligado ao desenvolvimento da autonomia e do controle sobre o próprio corpo. Caracterizada por uma relativa calma sexual, a fase de latência é marcada pelo desenvolvimento de habilidades sociais e intelectuais. A exploração da sexualidade é mais intensa nas fases anteriores e posteriores.

Fonte:

- Camara. Suzana Aparecida Camara (org) Psicologia da Aprendizagem. Editora Pearson.

Tipo 1 - BRANCA

39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa CORRETA é a letra “B) Estabeleça relações entre identidades individuais, sociais e coletivas.”. A alternativa D, fala de uma identidade brasileira, o que é uma situação hipotética e inviável, pois a diversidade e a heterogeneidade seriam a grande marca do Brasil. Neste sentido, o texto dos PCN’s apresentava um encaminhamento de construção de uma identidade, com viés „nacionalista”, que determinam, de certa maneira, os elementos de formação e de escolhas dos processos teórico metodológicos que seriam inseridos no cotidiano educativo. A diretriz sugerida nos Parâmetros Curriculares Nacionais de História insere a importância das identidades, muitas vezes, transmitidas através da memória de diferentes gerações. Segundo o texto: O ensino de História possui objetivos específicos, sendo um dos mais relevantes o que se relaciona à constituição da noção de identidade. Assim, é primordial que o ensino de História estabeleça relações entre identidades individuais, sociais e coletivas, entre as quais as que se constituem como nacionais. [...] Dentro dessa perspectiva, o ensino de História tende a desempenhar um papel mais relevante na formação da cidadania, envolvendo a reflexão sobre a atuação do indivíduo em suas relações pessoais com o grupo de convívio, suas afetividades e sua participação no coletivo.(BRASIL, 1997, p.26) Percebe-se que Memória, identidade, Nação são tomados como elementos primordiais para a produção do conhecimento histórico. De certa forma, os caminhos a serem trilhados no ensino de História partem de pressupostos inscritos no currículo escolar. Isso porque, no cotidiano educativo, os/as professores/as

contam com as diretrizes curriculares da disciplina História, tendo os PCNs como norteadores. A defesa da importância da democratização do saber escolar, como um projeto educacional mais amplo e complexo, toma espaço nas diretrizes curriculares, num processo simbiótico entre o conhecer, o fazer e o ser histórico. Porém, o encaminhamento dado nos PCNs de História evidencia outro rumo para o lugar da História no projeto educacional brasileiro. A busca pela “renovação e reelaboração” são elementos presentes no texto dos PCNs de História, em que destacam: [...] renovação e reelaboração da proposta curricular e reforçam a importância de que cada escola formule seu projeto educacional, compartilhado por toda a equipe, para que a melhoria da qualidade da educação resulte da co-responsabilidade entre todos os educadores. (...) Por sua natureza aberta, configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional (...). Não configuram, portanto, um modelo curricular homogêneo e impositivo. (BRASIL, 1999, p.7-10) Diante dessa assertiva cabe-nos indagar sobre algumas questões que envolvem História e Currículo, pois com a influência das discussões curriculares, bem como das teorias críticas do currículo, qual seria o lugar dos PCNs?

Fontes:

- REFERÊNCIAS Carlos Eduardo da Costa Campos é Doutor e Mestre em História pela UERJ. Professor Adjunto de Pré-História, História Antiga e Medieval da UFMS / FACH. Membro do Museu de Arqueologia da UFMS e Coordenador do ATRIVM / UFMS.
- Luis Filipe Bantim de Assumpção é Doutor em História pela UFRJ. Atualmente, realiza o pós-doutorado no PPGLC/UFRJ. Assumpção é Professor-tutor presencial do curso de graduação em História da UNIRIO/CEDERJ, polo de Cantagalo, nas disciplinas de História Antiga, História Medieval e Sociologia.
- BRASIL/MEC/SEF. Parâmetros Curriculares Nacionais, 1997. BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental 1º e 2º Ciclos – História. Brasília: MEC/SEF, 1997. BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental 3º e 4º Ciclos – História. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL, Lei nº 9.394/96 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação, 20 dez. 1996, Artigo 22.
- ABUD, Kátia. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2005, p. 28-41.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Currículo, Cultura e Sociedade. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- BITTENCOURT, Circe. Maria F. Propostas Curriculares de História: continuidades e transformações. In: Elba Siqueira de Sá Barreto (org.). Os Currículos do Ensino Fundamental para as Escolas Brasileiras. Campinas, SP, Autores Associados/Fundação Carlos Chagas, 1988.
- BITTENCOURT, Circe. Ensino de História: Fundamentos e Métodos. São Paulo: Cortez, 2004.
- MONTEIRO, A.M.F.C. Ensino de história: algumas configurações do saber escolar. In: História e Ensino. Vol.9 Revista do Laboratório de Ensino de História da Universidade Estadual de Londrina. Londrina: Editora da UEL, 2003.
- RAMALHO, B.; NUNEZ, I.; GAUTHIER, C. Formar o professor, profissionalizar o ensino. Porto Alegre, Sulina, 2004.
- TARDIFF, Maurice. Saberes docentes & formação profissional. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

Cargo: Professor de Inglês

Tipo 1 - BRANCA

13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão envolve o conteúdo de razões especiais. Existem algumas razões especiais muito utilizadas em nosso cotidiano, entre as quais: velocidade média, escala, densidade demográfica e densidade de um corpo. Para o desenvolvimento da questão, suponha, sem perda de generalidade que o trajeto em torno da lagoa seja de 15 km. O termo “sem perda da generalidade” reforça que esta questão pode ser resolvida supondo qualquer valor de distância. Assim, na ida, Juliana gastou $15/15 = 1$ hora. Na volta, Juliana gastou $15/10 = 1,5$ horas. Assim, no percurso total de $15+15=30$ km, Juliana gastou $1+1,5=2,5$ horas. Portanto, a velocidade média desenvolvida considerando todo o percurso é de $30/2,5 = 12$ km/h. Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Tipo 1 - BRANCA

15

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Segundo o princípio da regressão/reversão, o número de documentos x deve satisfazer

$$\frac{42}{53}x = 38 + 28 = 66$$

Essa equação não apresenta solução inteira para x. Portanto, a questão deve ser anulada.

Cargo: Professor de Ciências

Tipo 1 - BRANCA

15

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Segundo o princípio da regressão/reversão, o número de documentos x deve satisfazer

$$\frac{42}{53}x = 38 + 28 = 66$$

Essa equação não apresenta solução inteira para x. Portanto, a questão deve ser anulada.

Cargo: Professor de Ensino Religioso

Tipo 1 - BRANCA

15

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Segundo o princípio da regressão/reversão, o número de documentos x deve satisfazer

$$\frac{42}{53}x = 38 + 28 = 66$$

Essa equação não apresenta solução inteira para x. Portanto, a questão deve ser anulada.

Cargo: Professor de Língua Portuguesa

Tipo 1 - BRANCA

1

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme se pode verificar nas fontes abaixo disponibilizadas:

Em quimbundo, quilo significa sono, daí o entendimento de que a expressão fazer o quilo é dar uma boa cochilada depois do almoço. É a siesta, a sesta praticada em vários países, período vespertino em que tudo para e só volta a funcionar lá pelo final da tarde.

“Fazer um quilininho” é expressão utilizada para fazer referência a um “cochilo pós-almoço”.

Fontes:

- https://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2019/02/04/interna_cultura,1027498/fazer-o-quilo.shtml#:~:text=Em%20quimbundo%2C%20quilo%20significa%20sono,l%C3%A1%20pelo%20final%20da%20tarde.
- <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/noticia/fazer-um-quilinho-e-expressao-utilizada-para-fazer-referencia-a-um-cochilo-pos-almoco.ghtml>

Tipo 1 - BRANCA
6

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De modo a corroborar a resposta apontada como correta, reproduz-se explicação de Cegalla para o caso em comento:

Se a conjunção ou indicar exclusão ou retificação, o verbo concordará com o núcleo do sujeito mais próximo:

Paulo ou Antônio será o presidente.

O ladrão ou os ladrões não deixaram nenhum vestígio.

Ainda não foi encontrado o autor ou os autores do crime.

"O chefe ou um dos delegados, não me lembra, era amigo do Andrade." (MACHADO DE ASSIS)

Não há regra que preveja as hipóteses consideradas nas alternativas diversas, o que as torna incorretas.

Fonte:

- CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.
- **Conteúdo programático:** Concordância verbal ou nominal.

Tipo 1 - BRANCA
13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão envolve o conteúdo de razões especiais. Existem algumas razões especiais muito utilizadas em nosso cotidiano, entre as quais: velocidade média, escala, densidade demográfica e densidade de um corpo. Para o desenvolvimento da questão, suponha, sem perda de generalidade que o trajeto em torno da lagoa seja de 15 km. O termo “sem perda de generalidade” reforça que esta questão pode ser resolvida supondo qualquer valor de distância. Assim, na ida, Juliana gastou $15/15 = 1$ hora. Na volta, Juliana gastou $15/10 = 1,5$ horas. Assim, no percurso total de $15+15=30$ km, Juliana gastou $1+1,5=2,5$ horas. Portanto, a velocidade média desenvolvida considerando todo o percurso é de $30/2,5 = 12$ km/h. Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Tipo 1 - BRANCA
15

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Segundo o princípio da regressão/reversão, o número de documentos x deve satisfazer

$$\frac{42}{53}x = 38 + 28 = 66$$

Essa equação não apresenta solução inteira para x. Portanto, a questão deve ser anulada.

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Preliminarmente, ressalta-se que houve apenas uma única interposição de recurso para a questão, constatando que o conteúdo cobrado na questão não foi dubio para os demais candidatos, restando comprovado que estaria alinhado com o conteúdo programático disposto no edital. Além disso, deve-se ressaltar que o comando da questão exigiu do candidato conhecimento sobre Estatuto e o Quadro de Pessoal do Magistério da Prefeitura Municipal de Além Paraíba, referente à Lei Municipal nº 1.519, de 30 de dezembro de 1993, que está disposto no conteúdo programático, mais precisamente no quadro I do Anexo I, razão pela qual não há que se falar em ausência de tal matéria no edital inaugural. Dessa forma, mantém-se inalterado o gabarito preliminarmente publicado.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que não é citado no ECA o tema abandono intelectual ou que em citando não se refere ao acompanhamento de frequência, como se não houvesse na afirmativa a banca não tivesse incluído a frase “Além de efetuar a matrícula”. Outro recurso requer a afirmativa II como errada pois não cita também a saúde na assertiva, outro recurso alega falta de entendimento por não citação do termo “autoridade”. A banca julga improcedentes os recursos. No ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) existe previsão obrigando os pais ou responsáveis a matricular seus filhos na rede escolar: Art. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino. Ademais, a presença da família de forma ativa na educação das crianças, aumenta consideravelmente o rendimento escolar, visto que fortalece o interesse dos pequenos, elevando a importância da educação em suas vidas. A presença da família na educação das crianças é um dever expresso no art. 129, art. 229 e art. 249 do ECA, o qual não deixa dúvidas quanto sua obrigação de acompanhar frequência e aproveitamento escolar dos filhos. O descumprimento dos deveres relacionados à educação dos filhos faz incidir as medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo a mais grave a destituição do pátrio poder, "poder familiar", bem como ainda, possivelmente constituir crime de abandono intelectual, punido com detenção de 15 dias a um mês, ou multa: Art. 129. São medidas aplicáveis aos pais ou responsável: VII - advertência; VIII - perda da guarda; IX - destituição da tutela; X - suspensão ou destituição do pátrio poder familiar. Parágrafo único. Na aplicação das medidas previstas nos incisos IX e X deste artigo, observar-se-á o disposto nos arts. 23 e 24. Art. 246 - Deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar: Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa. Art. 249. Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao pátrio poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar: (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência. Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência. Desta forma, é inegável o dever dos pais ou responsável legal de acompanhar ativamente a educação das crianças, cumprindo as responsabilidades do poder familiar, atribuídas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Constituição Federal. Esta prática, além de evitar alguma sanção prevista em lei, é positiva, no sentido de auxiliar na melhora do rendimento escolar da criança sob sua responsabilidade. Quanto a ausência da palavra saúde na afirmativa, esta não afeta a assertividade da questão pois não se trata de transcrição de artigo e sim de interpretação deste. Sendo assim, não há erro em afirmar que é dever do Estado prestar assistência social, pois trata-se de entender que, receber suplementação mediante programas que fornecem material didático, transporte, alimentação é ser assistido socialmente.

Fontes:

- Neves, Gustavo Bregalda; Rosa, Emanuel. Loyola, Kheyder. ECA – Estatuto da Criança e do adolescente. Lei federal nº 8069/1990. Leis comentadas para concurso- Editora Rideel – 2019. P. 119 e 120.
- <https://www.migalhas.com.br/depeso/353309/responsabilidade-legal-na-educacao-das-criancas>
- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em análise apresenta um diálogo humorístico que explora um jogo de palavras baseado em duplo sentido ou ambiguidade lexical. A pergunta inicial "Que animal bebe água de olhos abertos?" induz o interlocutor a pensar em um animal específico que possui essa característica incomum. Contudo, a resposta "Todos, você já viu algum animal fechando os olhos para beber água?" revela que todos os animais bebem água de olhos abertos, desconstruindo a expectativa criada.

Do ponto de vista da teoria linguística, especificamente nas áreas de semântica e pragmática, esse diálogo é um exemplo clássico de enunciado com duplo sentido. A ambiguidade surge da interpretação possível de que a pergunta busca um animal específico, quando, na verdade, a resposta é genérica.

Portanto, a alternativa B é a que contém uma inferência adequada sobre o texto, pois identifica corretamente o fenômeno linguístico presente no diálogo.

A alternativa A sugere que o texto ironiza e aborda uma questão de natureza social com linguagem concisa. No entanto, o diálogo não trata de questões sociais, mas sim de um jogo linguístico humorístico. A alternativa C afirma que o diálogo permite inferir que nem sempre as palavras nas frases se relacionam entre si. Essa interpretação não é adequada, pois as palavras estão semanticamente relacionadas; o humor surge da ambiguidade proposital. A Alternativa D alega que a leitura do primeiro enunciado é estruturalmente impossível, o que não procede. A estrutura sintática da pergunta é correta e possível; a ambiguidade está na interpretação semântica.

Fontes:

- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- FIORIN, José Luiz. **Introdução ao Pensamento Semiótico**. São Paulo: Contexto, 2011.
- KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e Coesão**. São Paulo: Contexto, 2016.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para fundamentar a improcedência do recurso, cabe analisar cada uma das afirmativas à luz das ideias de Marcos Bagno e das orientações dos PCNs.

Afirmativa I:

"Entre as críticas mais frequentes que se faziam ao ensino tradicional de língua materna, destaca-se o ensino descontextualizado da metalinguagem, normalmente associado a exercícios mecânicos de identificação de fragmentos linguísticos em frases soltas."

Análise:

Embora seja verdade que o ensino tradicional da língua materna enfrentava críticas quanto ao ensino descontextualizado e a ênfase em exercícios mecânicos, a afirmativa I apresenta um equívoco conceitual ao afirmar que a crítica se fazia **ao ensino descontextualizado da metalinguagem**.

Na realidade, a **metalinguagem** é a linguagem utilizada para falar sobre a própria língua, ou seja, termos e conceitos gramaticais e linguísticos. O ensino descontextualizado criticado por Marcos Bagno e pelos PCNs não se refere ao ensino da metalinguagem em si, mas sim ao ensino da língua sem contextualização, focado apenas na nomenclatura e em exercícios mecânicos, sem promover a reflexão e a aplicação prática.

Portanto, a crítica correta seria ao **ensino descontextualizado da língua**, não da metalinguagem. Dessa forma, a afirmativa I contém uma imprecisão conceitual e, por isso, é considerada **incorreta**.

Afirmativa II:

"A razão de ser das propostas de leitura e escuta é a compreensão ativa e não a decodificação e o silêncio."

Análise:

A afirmativa II está alinhada com as orientações dos PCNs e com as ideias de Marcos Bagno. O objetivo das práticas de leitura e escuta no ensino da língua portuguesa é promover a **compreensão ativa**, estimulando os alunos a

interpretarem, analisarem e interagirem com os textos, em vez de apenas realizarem uma decodificação passiva ou permanecerem em silêncio.

Os PCNs enfatizam a importância de desenvolver a competência leitora e auditiva dos alunos de forma ativa, crítica e reflexiva, evitando práticas que reduzam o ensino a atividades mecânicas ou pouco participativas.

Portanto, a afirmativa II é **correta**.

Afirmativa III:

"A razão de ser das propostas de uso da fala e da escrita é a interlocução efetiva, e não a produção de textos para serem objetos de correção."

Análise:

Esta afirmativa está correta e reflete as críticas ao ensino tradicional que focava excessivamente na correção gramatical e ortográfica, em detrimento da **interlocução efetiva**. Tanto Marcos Bagno quanto os PCNs defendem que o ensino da língua deve privilegiar a comunicação, a expressão de ideias e a interação social, ao invés de apenas produzir textos para serem corrigidos pelo professor.

Afirmativa IV:

"As situações didáticas têm como objetivo levar os alunos a pensar sobre a linguagem para poder compreendê-la e utilizá-la apropriadamente às situações e aos propósitos definidos."

Análise:

A afirmativa IV está em consonância com as propostas dos PCNs, que ressaltam a necessidade de desenvolver nos alunos a capacidade de refletir sobre a linguagem e seu uso em diferentes contextos sociais e comunicativos. O objetivo é que os estudantes compreendam a língua como um instrumento dinâmico, adaptável a diversas situações e propósitos.

O recurso alega que a afirmativa I está correta e que a afirmativa II está incorreta. No entanto, cabe ressaltar que:

1. Afirmativa I: Contém uma imprecisão conceitual ao atribuir a crítica ao ensino descontextualizado da metalinguagem, quando, na verdade, a crítica se dirige ao ensino descontextualizado da língua. A metalinguagem, por si só, é um instrumento necessário para a reflexão sobre a língua, e não o alvo da crítica.
2. Afirmativa II: O recurso parece ter considerado uma versão diferente da afirmativa II, mencionando "compreensão e valorização do silêncio", o que não corresponde ao enunciado original da questão. Na questão apresentada, a afirmativa II refere-se à "compreensão ativa e não à decodificação e ao silêncio", estando em conformidade com as orientações dos PCNs e as ideias de Marcos Bagno.

Fontes:

- ANTUNES, Irandé. **Língua, Texto e Ensino**: outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2003.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

Tipo 1 - BRANCA

35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta a frase original: "A costela no chão seca para o novo lugar." O revisor alterou para: "A costela, no chão, seca para o novo lugar." A pergunta é sobre **o uso da vírgula e se o revisor está correto em sua intervenção**.

Analisando a frase, identifica-se que "no chão" é um adjunto adverbial de lugar. Na frase original, esse adjunto está intercalado entre o sujeito "A costela" e o verbo "seca". Segundo a norma padrão da língua portuguesa, quando um adjunto adverbial é deslocado de sua posição usual, o uso da vírgula é obrigatório se o adjunto tiver mais de três palavras e opcional se tiver até três palavras. No caso em questão, "no chão" possui duas palavras, portanto, **o uso da vírgula é opcional**.

O revisor, ao inserir as vírgulas, está fazendo uso de uma opção válida dentro da norma culta. A inserção das vírgulas pode contribuir para a clareza e fluidez da leitura, auxiliando na delimitação de pausas e entonações. A função do revisor inclui sugerir alterações que possam melhorar a compreensão do texto, mesmo quando há mais de uma opção correta. Assim, ele não está equivocado ao inserir a vírgula, pois **não violou nenhuma regra gramatical** ao fazê-lo.

O argumento do candidato de que o revisor não deveria ter alterado o texto da autora por ser opcional o uso da vírgula **não invalida a correção gramatical da alteração feita. A questão não está avaliando a necessidade ou a adequação estilística da intervenção do revisor, mas sim se, quanto ao uso da vírgula, ele está correto ou equivocado segundo a norma padrão.** O fato de a vírgula ser opcional não torna a inserção ou a omissão um erro. Portanto, o revisor está correto, pois aplicou uma regra gramatical válida.

Fontes:

- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

Cargo: Professor de Matemática

Tipo 1 - BRANCA

13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão envolve o conteúdo de razões especiais. Existem algumas razões especiais muito utilizadas em nosso cotidiano, entre as quais: velocidade média, escala, densidade demográfica e densidade de um corpo. Para o desenvolvimento da questão, suponha, sem perda de generalidade que o trajeto em torno da lagoa seja de 15 km. O termo “sem perda da generalidade” reforça que esta questão pode ser resolvida supondo qualquer valor de distância. Assim, na ida, Juliana gastou $15/15 = 1$ hora. Na volta, Juliana gastou $15/10 = 1,5$ horas. Assim, no percurso total de $15+15=30$ km, Juliana gastou $1+1,5=2,5$ horas. Portanto, a velocidade média desenvolvida considerando todo o percurso é de $30/2,5 = 12$ km/h. Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Tipo 1 - BRANCA

15

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Segundo o princípio da regressão/reversão, o número de documentos x deve satisfazer

$$\frac{42}{53}x = 38 + 28 = 66$$

Essa equação não apresenta solução inteira para x. Portanto, a questão deve ser anulada.

Tipo 1 - BRANCA

23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam os recursos que não é citado no ECA o tema abandono intelectual ou que em citando não se refere ao acompanhamento de frequência, como se não houvesse na afirmativa a banca não tivesse incluído a frase “Além de efetuar a matrícula”. Outro recurso requer a afirmativa II como errada pois não cita também a saúde na assertiva, outro recurso alega falta de entendimento por não citação do termo “autoridade”. A banca julga improcedentes os recursos. No ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) existe previsão obrigando os pais ou responsáveis a matricular seus filhos na rede escolar: Art. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino. Ademais, a presença da família de forma ativa na educação das crianças, aumenta consideravelmente o rendimento escolar, visto que fortalece o interesse dos pequenos, elevando a importância da educação em suas vidas. A presença da família na educação das crianças é

um dever expresso no art. 129, art. 229 e art. 249 do ECA, o qual não deixa dúvidas quanto sua obrigação de acompanhar frequência e aproveitamento escolar dos filhos. O descumprimento dos deveres relacionados à educação dos filhos faz incidir as medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo a mais grave a destituição do pátrio poder, "poder familiar", bem como ainda, possivelmente constituir crime de abandono intelectual, punido com detenção de 15 dias a um mês, ou multa: Art. 129. São medidas aplicáveis aos pais ou responsável: VII - advertência; VIII - perda da guarda; IX - destituição da tutela; X - suspensão ou destituição do pátrio poder familiar. Parágrafo único. Na aplicação das medidas previstas nos incisos IX e X deste artigo, observar-se-á o disposto nos arts. 23 e 24. Art. 246 - Deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar: Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa. Art. 249. Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao pátrio poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar: (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência. Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência. Desta forma, é inegável o dever dos pais ou responsável legal de acompanhar ativamente a educação das crianças, cumprindo as responsabilidades do poder familiar, atribuídas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Constituição Federal. Esta prática, além de evitar alguma sanção prevista em lei, é positiva, no sentido de auxiliar na melhora do rendimento escolar da criança sob sua responsabilidade. Quanto a ausência da palavra saúde na afirmativa, esta não afeta a assertividade da questão pois não se trata de transcrição de artigo e sim de interpretação deste. Sendo assim, não há erro em afirmar que é dever do Estado prestar assistência social, pois trata-se de entender que, receber suplementação mediante programas que fornecem material didático, transporte, alimentação é ser assistido socialmente.

Fontes:

- Neves, Gustavo Bregalda; Rosa, Emanuel. Loyola, Kheyder. ECA – Estatuto da Criança e do adolescente. Lei federal nº 8069/1990. Leis comentadas para concurso- Editora Rideel – 2019. P. 119 e 120.
- <https://www.migalhas.com.br/depeso/353309/responsabilidade-legal-na-educacao-das-criancas>
- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

Tipo 1 - BRANCA

39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão traz algumas ideias baseadas no renomado autor D'Ambrósio e pede que se assinale a alternativa INCORRETA.

O recurso alega que o gabarito da questão seria a alternativa C: "É muito difícil motivar com fatos e situações do mundo atual uma ciência que foi criada e desenvolvida em outros tempos, em virtude dos problemas de uma realidade, percepções, necessidades e urgências que nos são estranhas.". por esta afirmação ser contrária às ideias de D'Ambrósio.

Por outro lado, a alternativa dada como gabarito: "Do ponto de vista de motivação contextualizada, a matemática que se ensina nas escolas é viva e poderia ser tratada como uma história que ainda está sendo escrita, não sendo ainda um fato histórico acabado." é, na verdade, correta, de acordo com as ideias do autor.

Porém, D'Ambrósio defende em seu livro Educação Matemática da Teoria à Prática que:

"É muito difícil motivar com fatos e situações do mundo atual uma ciência que foi criada e desenvolvida em outros tempos em virtude dos problemas de então, de uma realidade, de percepções, necessidades e urgências que nos são estranhas. Do ponto de vista de motivação contextualizada, a matemática que se ensina hoje nas escolas é morta. Poderia ser tratada como um fato histórico (D'Ambrosio, 2005, p. 31)."

Dessa forma, ratifica-se o gabarito preliminar.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
1	4

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Todas as alternativas de respostas são justificativas para o uso da crase. No entanto, a penas uma delas justifica o uso do acento grave em:

“Porém, há um contexto de desvalorização dessa classe no Brasil especialmente no que diz respeito à formação inicial e à continuada[...]

Na Língua Portuguesa há o verbo “respeitar” e o substantivo “respeito”. No contexto em tela, há a presença do substantivo “respeito” que se relaciona com o substantivo formação a partir da preposição exigida pelo substantivo respeito. Partindo dessa consideração, justifica-se a alternativa correta “O substantivo rege a preposição “a” que, seguido de substantivo feminino, admite o artigo feminino.”

O substantivo "respeito" rege as preposições "a", "por" ou "para com" que ao se juntar com o artigo feminino “a”, que antecede o substantivo feminino "formação, ocorre a fusão marcada pelo acento grave indicador de crase.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática Reflexiva**: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
3	7

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme o dicionário da língua portuguesa, a palavra equidade significa:

Reconhecimento de que os direitos são iguais para todos: equivalência, igualdade.

Característica de quem ou do que revela senso de justiça, imparcialidade: neutralidade.

Lisura, correção no modo de agir ou opinar: honestidade, integridade.

Assim, a partir desses significados e da adequação ao contexto, a alternativa “integridade” substitui adequadamente o termo “equidade”.

“É urgente reconhecer e valorizar seu trabalho, garantindo condições necessárias para que possam exercê-lo com excelência e integridade e, então, impactar a aprendizagem.”

Parcialidade: Qualidade de quem toma partido ao julgar a favor ou contra.

Grandiosidade: suntuosidade ou imponência.

Confiabilidade: Qualidade de algo ou alguém confiável.

Assim, conforme o contexto, a palavra que substitui adequadamente e não compromete o entendimento do trecho é “integridade”.

Fontes:

- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.
- AULETE, Caldas. Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1980. v. 5.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
5	9

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No trecho que se baseia a questão, o “que” é um pronome relativo. “Destaca, ainda, a necessidade da reflexão sobre a prática pedagógica, que inclui novas metodologias ativas, abordagens como a cultura maker e a robótica, atualização constante e busca por aprimoramento profissional”. Pode ser substituído por “a qual” e retoma o substantivo “prática”. Os pronomes relativos podem desempenhar as funções de: sujeito, objeto direto, objeto indireto, predicativo, adjunto adnominal, complemento nominal, adjunto adverbial e agente da passiva.

“Destaca, ainda, a necessidade da reflexão sobre a prática pedagógica. A prática pedagógica inclui novas metodologias ativas, abordagens como a cultura maker e a robótica

Ao substituímos o pronome relativo por seu correspondente, temos a segunda oração A prática pedagógica inclui novas metodologias ativas, abordagens como a cultura maker e a robótica". Assim, verificamos que “prática pedagógica” tem a função de sujeito: “do verbo incluir. Portanto, o pronome relativo “que” também terá a função de sujeito.

O pronome relativo "que" ou "quem" pode exercer a função de agente da passiva, termo da oração que pratica a ação expressa pelo verbo, porém na voz passiva analítica. O agente da passiva sempre vem introduzido pela preposição “por” combinada com os artigos definidos “os”, “as”, “o” e “a”. Além disso, o agente da passiva também pode ser introduzido pela preposição “de”, o que não ocorre no trecho destacado na questão. Exemplo: Este é o animal por que fui atacado. Substituindo o pronome pelo antecedente, temos: Fui atacado pelo animal (= por que), agente da passiva.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
6	1

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Todas as alternativas de respostas são justificativas para o uso da crase. No entanto, apenas uma delas justifica o uso do acento grave em:

“Porém, há um contexto de desvalorização dessa classe no Brasil especialmente no que diz respeito à formação inicial e à continuada[...]

Na Língua Portuguesa há o verbo “respeitar” e o substantivo “respeito”. No contexto em tela, há a presença do substantivo “respeito” que se relaciona com o substantivo formação a partir da preposição exigida pelo substantivo respeito. Partindo dessa consideração, justifica-se a alternativa correta “O substantivo rege a preposição “a” que, seguido de substantivo feminino, admite o artigo feminino.”

O substantivo "respeito" rege as preposições "a", "por" ou "para com" que ao se juntar com o artigo feminino “a”, que antecede o substantivo feminino "formação, ocorre a fusão marcada pelo acento grave indicador de crase.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática Reflexiva:** texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo.** 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
8	6

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Sobre o fragmento “*Há crescente escassez de professores qualificados, comprometendo o ensino*”, é correto afirmar que:

O verbo haver está no sentido impessoal, pois tem sentido de existir. Assim, o trecho não tem sujeito. Portanto, “Crescente escassez de professores qualificados” é objeto direto do verbo haver.

A reescrita “Há crescente escassez de professores qualificados, os quais comprometem o ensino” está incorreta. Apesar do pronome relativo “quais” retomar professores, o sentido do trecho original é que a “escassez” compromete o ensino. Com isso, certifica-se que a afirmativa III está incorreta.

O verbo apresenta três formas nominais: infinitivo, particípio e gerúndio como o verbo comprometer, comprometendo e comprometido. O gerúndio transmite o sentido de continuidade, portanto, algo que continua acontecendo. Dessa forma, a afirmativa “Comprometendo” é uma das formas nominais do verbo “comprometer” e dá ao trecho sentido de desenvolvimento da ação está correta.

Devido à ausência de uma alternativa correta, a questão foi anulada.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática Reflexiva**: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
10	2

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Só assim será possível superar esse alarmante apagão e construir um futuro promissor para a educação e o nosso país.” Conforme a gramática da língua portuguesa, a palavra só pode ser adjetivo no sentido de “sozinho” que seria adjetivo ou advérbio no sentido de somente, apenas, unicamente. No fragmento, o sentido é de “somente”: Somente assim será possível...

E: conjunção aditiva, usada para adicionar informação.

Promissor: adjetivo que significa bem-sucedido.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática Reflexiva**: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
11	13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo as informações do enunciado, não é informado que as idades das secretárias são distintas. A partir de cada informação apresentada, pode-se deduzir que:

1- Cristiana é mais velha que Marcela e mais nova que Amanda:

Marcela < Cristiana < Amanda

2- Amanda é mais velha que Denise, que não é mais velha que Cristiana:

Denise = Cristiana < Amanda

3- Noemi não é mais velha que Marcela:

Noemi = Marcela

Avaliando as afirmativas, não se pode concluir que Noemi, e somente ela, é a mais nova. Denise pode

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
15	11

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O enunciado da questão apresenta a seguinte declaração “Ao formar uma equipe com 5 estudantes, sendo dois deles do grupo X e os restantes do grupo Y, sobram 10 estudantes do grupo X”. O termo “formar uma equipe” inviabiliza o cálculo da questão pois considera apenas a existência de uma única equipe com 5 pessoas. Dessa forma, como não há uma alternativa correta, a questão deve ser anulada.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
16	18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão se atém a previsão expressa em texto de lei, não havendo margem para questionar o enunciado, visto que a interpretação correta da questão é elemento essencial para a identificação da resposta correta. Nesse sentido, vejamos o Art. 22 da **Lei Municipal nº 1.519, de 30 de dezembro de 1993 – Dispõe sobre o Estatuto e o Quadro de Pessoal do Magistério da Prefeitura Municipal de Além Paraíba:**

Art. 22 Ninguém poderá ser provido em cargo público **sem que haja tomado posse.**

[...]

§ 4º **No ato da posse o funcionário apresentará,** obrigatoriamente, na declaração dos bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego, função pública ou qualquer outra atividade remunerada.

Assim, considerando o exposto, são **IMPROCEDENTES** os recursos, ratificando-se o gabarito preliminar.

Fonte:

- <https://leismunicipais.com.br/a/mg/a/alem-paraiba/lei-ordinaria/1993/152/1519/lei-ordinaria-n-1519-1993-dispoe-sobre-o-estatuto-e-o-quadro-de-pessoal-do-magisterio-da-prefeitura-municipal-de-alem-paraiba-e-da-outras-providencias>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
17	19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em debate solicitou ao candidato conhecimentos exclusivos sobre a Lei Municipal nº 1.519, de 30 de dezembro de 1993 – Dispõe sobre o Estatuto e o Quadro de Pessoal do Magistério da Prefeitura Municipal de Além Paraíba, que em seu Art. 64 A aduz expressamente que:

Art. 64 A § 1º Caberá a chefia imediata proceder avaliação de desempenho dos seus subordinados através do boletim com escala de pontos, ficando a cargo da chefia mediata a revisão da avaliação.

§ 2º **O boletim com escala de pontos apurará:** [...]

V - cursos de treinamento relacionados com as atribuições do cargo.

Desta feita, inexistente mérito a ser deferido nos recursos.

Fonte:

- <https://leismunicipais.com.br/a/mg/a/alem-paraiba/lei-ordinaria/1993/152/1519/lei-ordinaria-n-1519-1993-dispoe-sobre-o-estatuto-e-o-quadro-de-pessoal-do-magisterio-da-prefeitura-municipal-de-alem-paraiba-e-da-outras-providencias>

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
22	24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na presente questão, a única alternativa correta é a letra B, pois “Piaget descreve comportamentos de crianças, principalmente, e também de jovens, pretendendo entender a capacidade de conhecer do sujeito. Descreve e não oferece orientações pedagógicas” (Lins, 2018, p. 15). Os estudos de Piaget não foram sobre a escola, nem produziu materiais pedagógicos. Piaget estudou e formulou a Epistemologia genética que consiste em uma teoria de como o sujeito constrói o conhecimento. A educação se apropria de seus estudos de forma adaptada.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
23	21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A presente questão, de fato, tem duas alternativas de respostas idênticas: letra B e letra D. Contudo, a resposta correta, conforme divulgada no gabarito preliminar, é a letra C, não inviabilizando a indicação da alternativa correta, de acordo com a análise das afirmativas. Dessa forma, constata-se que a sequência correta das afirmativas é V, V, F, F, razão pela qual a única alternativa que abarca corretamente a sequência está elencada na alternativa C, de maneira que não há que se falar em duplicidade de respostas. Com isso, mantém-se o gabarito preliminarmente divulgado.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
26	30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A supracitada questão aborda o tema a “**organização do tempo e do espaço**”, conforme conteúdo programático, indicado no Anexo I, do MUNICÍPIO DE ALÉM PARAÍBA/MG SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EDITAL Nº 01, DE 24 DE ABRIL DE 2024.

O espaço escolar é entendido como um local em interface com a realidade do entorno da escola e regido por princípios democráticos: a escola deve ser um espaço de divulgação do que é produzido pela comunidade escolar. Este espaço democrático, criativo, de organização do pensamento, de debates e luta, constitui-se num instrumento de formação da cidadania.

A questão apresenta dois fragmentos de textos motivadores que contextualiza o tema abordado, pois sabemos que a escola no decorrer sofreu várias transformações. Para Freitas (2004) foram aparecendo propostas que estimularam a mudança dos princípios que regem a organização dos espaços e tempos da escola. Desde o século XVIII e XIX, até meados do século XX a escola foi submetida à mudanças nos métodos de ensino e começaram a surgir novos paradigmas envolvendo a prática escolar, as formas de avaliação e a organização dos tempos escolares, o que provocou reflexões sobre a necessidade de se construir um novo profissional, uma nova escola voltada para o direito dos educandos. **O sistema de seriação começa a ser confrontado como o sistema de progressão continuada e de ciclos, apontando caminhos para uma outra lógica temporal. Consequentemente o tempo escolar é organizado em fluxos mais flexíveis, mais longos e mais atentos às múltiplas dimensões** da formação dos sujeitos socioculturais. Redefinem-se critérios do que seja precedente, do que seja aprovável – reprovável, fracasso – sucesso no direito à educação e à cultura básicas. Redefine-se a estrutura seriada que é superada na estrutura por ciclos de idades homogêneas de formação. Assim como garante a própria Lei de Diretrizes e Bases, Lei 9.394/96 (Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.).

Portanto, segundo, Barella e Kurpiel (2008), o tempo escolar é um tempo pessoal institucional e organizado, podendo ser considerado como um poderoso instrumento no processo educativo, já que, nele, a aprendizagem e a

história podem ser compreendidas não só como um processo de seleções e opções, de ganhos e perdas, mas sim, como um processo de avanços e progressos; um tempo construído social e culturalmente. O que não deixa nenhuma dúvida interpretativa, conforme dispõe argumento recursal, que afirma ser um fragmento de mera linguagem poética e confusa, e tão pouco induz ao erro ao candidato. O tempo escolar pode ser visto como uma ferramenta poderosa no processo de aprendizado, pois, durante esse período, o estudante não apenas adquire conhecimento, mas também entende a história e a aprendizagem como algo que envolve escolhas, com ganhos e perdas ao longo do caminho. No entanto, o foco não está apenas nesses aspectos, mas também nos avanços e progressos que são construídos ao longo do tempo. Esse tempo, por sua vez, é moldado pelas influências sociais e culturais.

Ainda, ressalta-se que a organização seriada é rígida e sua missão é repassar conhecimentos, o trabalho docente gira em torno da diversidade das disciplinas, onde o educando deverá aprender todo o conteúdo preparado para aquela série e apresentar resultados quantitativos nas avaliações para prosseguir seus estudos. Nesse tipo de organização, infelizmente o aluno estuda apenas para ter nota. É necessário rever essa prática quantitativa e se apropriar do que realmente é importante: a construção do conhecimento pelo aluno. Já na organização escolar por ciclos um dos maiores objetivos é a formação humana do educando, onde o educador acolhe toda a bagagem cultural trazida pelo aluno e utiliza esses conhecimentos para se orientar e trabalha desenvolvendo práticas educativas que privilegiem o qualitativo. A forma de avaliar é muito dinâmica, pois considera o desenvolvimento do aluno num todo e a interação com os seus pares.

Portanto, itens I e II, estão corretos, ratifica-se gabarito publicado C.

Fontes:

- FREITAS, Luiz Carlos de. Ciclo ou série? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos– espaços da escola? Trabalho apresentado na 27a Reunião Anual da ANPED. Caxambu, 2004.
- BARELLA, Dinair M. e KURPIEL, Vera Terezinha M. Organização do Tempo Escolar, Inovação e Modernidade. ANAIS DO I SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO PARANÁ: ESCOLA DE GOVERNO E UNIVERSIDADES ESTADUAIS. 2008.
- VASCONCELLOS, C. dos S. Ciclos de formação: um horizonte libertador para a escola no 3º milênio. Revista de Educação AEC, Brasília, v.28, n.111, p.83-95, abr. -jun.2002

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
29	39

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A supracitada questão aborda o tema “*tendências pedagógicas na prática escolar*”, conforme conteúdo programático, indicado no Anexo I, do MUNICÍPIO DE ALÉM PARAÍBA/MG SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EDITAL Nº 01, DE 24 DE ABRIL DE 2024

Entretanto, o argumento recursal dispõe acerca do tema “*processos e conteúdos do ensino e da aprendizagem*” que *aborda* escolha e organização dos métodos de ensino devem corresponder à necessária unidade objetivos-conteúdos-métodos e formas de organização do ensino e às condições concretas das situações didáticas.

Fonte:

- EDITAL Nº 01, DE 24 DE ABRIL DE 2024MUNICÍPIO DE ALÉM PARAÍBA/MG SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - Anexo I

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
32	37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A supracitada questão aborda o tema “*processos e conteúdos do ensino e da aprendizagem*”, conforme conteúdo programático, indicado no Anexo I, do MUNICÍPIO DE ALÉM PARAÍBA/MG, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EDITAL Nº 01, DE 24 DE ABRIL DE 2024.

Ressalta-se que educar imprime mudança de comportamento das capacidades cognitivas dos indivíduos. Essas mudanças realizam-se através do processo de ensino e aprendizagem. E é justamente esse processo que é o objeto de estudo da Didática que, para ser compreendido adequadamente, deve ser analisado de tal modo que se articulem consistentemente as dimensões: **humana, técnica, ética, estética e político-social**.

A questão solicita do candidato, que ele tenha a compreensão e do saber e o fazer bem, que podem ser traduzidos no entendimento e na articulação consistente das dimensões do processo de ensino e aprendizagem, ou seja, nas dimensões técnica, humana, política, ética e estética, que atuam multidimensional e indissociavelmente, construindo aquilo que Candau (2014) denomina de Didática Fundamental. Acrescenta a autora que, assim, a Didática supera a visão reducionista do processo ensino e aprendizagem. Essas dimensões, que se apresentam como centro configurador desse processo, podem também ser considerados elementos da competência profissional do professor.

Ressalta-se ainda, a importância de uma boa habilidade de interpretação de textos, possibilita o candidato a entender exatamente o que está sendo perguntado, evitando erros por confusão ou má compreensão. No comando dado, solicita-se que indique qual das afirmativas dadas trata-se da dimensão humana. Portanto, a dimensão **humana** é o centro do processo ensino aprendizagem é a relação interpessoal. Está centrada no processo de aquisição de atitudes tais como: calor, empatia, crescimento pessoal, interpessoal e intergrupal. Tem como núcleo de preocupações o relacionamento humano.

Já a dimensão técnica constitui-se de uma ação intencional, sistemática, que procura organizar as condições que melhor propiciem a aprendizagem. Está relacionada ao como ensinar e aprender. Trata das variáveis internas do processo de ensino e aprendizagem, como: objetivos, métodos, conteúdos, avaliação etc. O núcleo de preocupações dessa dimensão é o planejamento de ensino. **A dimensão política** tem o processo de ensino “situado”, acontecendo numa cultura específica e com pessoas concretas, que têm situação de classe definida. O núcleo de preocupações dessa dimensão é a transformação social. **A dimensão ética** envolve a liberdade dos sujeitos, escolha de valores. Lida com o sonho, o desejo, a liberdade e a vontade. É a responsável pela mediação/vinculação dos elementos técnicos, humanos, políticos, éticos e estéticos e pela sua estimulação, propiciando a existência da síntese, caracterizando a multidimensionalidade do processo de ensino e aprendizagem (CANDAU, 2014). Enfim, a **Dimensão Estética**, realiza-se pela apreciação, sentimento, sensibilidade, criatividade, solidariedade, e é direcionada ao fazer, ao belo, ao bonito, ao bem feito. O termo “estética” (do grego a *isthesis*, que significa percepção, sensação, sensibilidade) é um ramo da filosofia que tem por objetivo o estudo da natureza, da beleza e dos fundamentos da arte.

Portanto, há apenas uma única resposta correta. Ratifica-se gabarito publicado A.

Fonte:

- CANDAU, Vera Maria (Org.). A didática em questão. Petrópolis: Vozes, 2014.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
35	28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O órgão colegiado tem função político pedagógica, que se concretiza, sobretudo, **na sua participação efetiva, tanto na elaboração, no acompanhamento e na avaliação do Projeto Político Pedagógico da instituição, assim como da aplicação dos recursos financeiros**. A gestão democrática da escola “requer autonomia, participação, criação coletiva dos níveis de decisão e posicionamentos críticos que combatam a ideia burocrática de hierarquia” (BRASIL, 2004, p. 24).

Portanto, dentre as **ações prioritárias dos Colegiados Escolares citadas, não se restringe apenas à elaboração nas questões administrativas do planejamento e aplicação dos recursos financeiros, como informa a afirmativa dada na alternativa do gabarito A.**

Dessa forma, os argumentos recursais são improcedentes. Sendo assim, ratifica-se o gabarito publicado A.

Fonte:

- BRASIL. Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania. In: Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos escolares, Caderno 1. Brasília: MEC/SEB, 2004.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
36	29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando a ordem numérica dada na supracitada questão, para que o candidato relacione as técnicas de ensino indicadas às suas respectivas características em: **1. Seminário, 2. Estudo do meio, 3. Estudo de caso, e 4. Aula expositiva.** E, de acordo com características dadas, verifica-se tais características apresentam-se, na seguinte ordem, sendo:

- O **estudo do meio** é o método de abordagem significativa da realidade na qual o aluno está inserido, buscando torná-lo mais consciente e participativo do meio que envolve. É uma técnica da vivência da realidade, bastante dinâmica, e envolve também atividades extraclases, como: visitas a museus, parques de exposições, jardins zoológicos, dentre outros lugares. **Relaciona ao método indicado na 1ª afirmativa.**
- Aula Expositiva:** A conceituação comumente apresentada é a da aula expositiva como uma comunicação verbal estruturada, utilizada pelos professores com o objetivo de transmitir determinados conteúdos aos alunos. Nesse processo, o professor define, apresenta e aplica determinado tema. Para Carvalho (apud LOPES, 1991), dentre os objetivos propostos por essa técnica, estão: introduzir um novo assunto do programa de ensino; permitir uma visão global e sintética de determinado assunto; apresentar e esclarecer conceitos básicos de determinada unidade de estudo; concluir estudos. Através dessa caracterização, a técnica mostra-se eficiente à medida que os objetivos vão sendo atendidos, **que se relaciona ao método indicado na 2ª afirmativa.**
- O **seminário** é uma técnica que busca conduzir o educando à pesquisa em relação a algum tema, apresentação e discussão do mesmo cientificamente. Essa técnica tem como finalidade introduzir o educando não apenas na pesquisa, mas também na análise sistemática de fatos, estruturando-as para uma apresentação clara. Um seminário pode ser composto de diretor, relator, comentador e demais participantes (NÉRICI, 1977). **Que se relaciona ao método indicado na 3ª afirmativa.**
- O **estudo de caso** é a técnica que busca trabalhar com a turma uma situação real que já tenha sido solucionada e que tem relação com o conteúdo estudado, permitindo, assim, que o aprendizado seja melhor concretizado. Contudo, o professor possui a liberdade de cunhar casos análogos (NERICI, 1977). Na maioria das vezes, a situação é apresentada aos alunos de forma escrita, mas pode também ser apresentada de outras formas, como em filmes. Como técnica de ensino, Haydt (2006) aponta que esse método apresenta os seguintes objetivos: oferecer oportunidades para que os alunos apliquem o conhecimento adquirido a situações reais e próximas do seu cotidiano; criar meios para que o aluno reflita e tome posição de mudança; e favorecer a relação do tema estudado com a realidade. **Que relaciona-se ao método indicado na 4ª afirmativa.**

Portanto, ratifica-se o gabarito publicado B, com a sequência 2, 4, 1, 3.

Fontes:

- HAYDT, Regina Célia C. Curso de didática geral. São Paulo: Ática, 2006.
- TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 17 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- LOPES, Antonia Osima. Aula expositiva: superando o tradicional. In VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org) Técnicas de ensino: por que não? Campinas, SP: Papirus, 1991
- Lima Verde, Eudócio Soares. Didática e seu objeto de estudo. / Eudócio Soares Lima Verde. Teresina: EDUFPI, 2018.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
37	33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A função social da escola é o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas do indivíduo, capacitando-o a tornar um cidadão, participativo na sociedade em que vivem. A função básica da escola é garantir a aprendizagem de conhecimento, habilidades e valores necessários à socialização do indivíduo sendo necessário que a escola propicie o domínio dos conteúdos culturais básicos da leitura, da escrita, da ciência das artes e das letras, sem estas aprendizagens dificilmente o aluno poderá exercer seus direitos de cidadania, devendo socializar o saber sistematizado, aliando o saber científico ao saber prévio dos alunos, fazendo com que os alunos ajam criticamente sobre o conhecimento adquirido. Entretanto, função social da escola, não deve garantir ao aluno capacidades para a reprodução social e cultural como requisito para a sobrevivência em sociedade, pois nesse caso, trata-se da escola tradicional e conservadora, que é o lugar da transmissão do saber que recebe e trata os alunos como iguais, a despeito da disparidade cultural. Com isso, sanciona as desigualdades que só ela poderia reduzir.

Conforme Saviani (1980, p. 52) promover o homem significa “torná-lo cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação a fim de poder intervir nela transformando-a no sentido da ampliação da liberdade, comunicação e colaboração entre os homens”. Isso implica, afirma o autor, definir para a educação sistematizada objetivos claros e precisos, quais sejam: educar para a sobrevivência, para a liberdade, para a comunicação e para a transformação. Nesse sentido, Saviani (1980, p. 172) defende a luta pela difusão de oportunidades e pela extensão da escolaridade do ponto de vista qualitativo. Para tanto, as escolas deveriam assumir a função que lhes cabe de dotar a população dos instrumentos básicos de participação na sociedade. **Portanto, não é função da escola garantir a reprodução de saberes como requisito para a sobrevivência em sociedade.**

Dessa forma, os argumentos recursais são improcedentes. Sendo assim, ratifica-se o gabarito publicado D.

Fontes:

- SAVIANI, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1980.
- SAVIANI, D. Escola e Democracia. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1983.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
39	26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando dado na supracitada questão solicita que o candidato assinale em qual das alternativas, na construção do currículo deve levar em conta alguns princípios básicos, **EXCETO, ou seja aquela que está em desacordo.** Portanto, ressalta-se que o currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação (MOREIRA, SILVA, 1995). Assim, isso implica que essa organização – feita principalmente no projeto-político-pedagógico de cada escola – deve levar em conta alguns princípios básicos da sua construção. **Entre eles o fato de, como já dito, o processo de desenvolvimento do currículo ter sido cultural e, portanto, não neutro.** Sempre visa privilegiar determinada cultura e, por isso, há a necessidade de uma criteriosa análise e reflexão, por parte dos sujeitos em interação, no caso as autoridades escolares e os docentes com o mesmo objetivo, baseando-se em referenciais teóricos.

Dessa forma, os argumentos recursais são improcedentes. Sendo assim, **ratifica-se o gabarito publicado C.**

Fontes:

- MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. Revista Brasileira de Educação, n. 23, São Paulo: ago. 2003
- MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: _____. (org.) Currículo, Cultura e Sociedade. São Paulo: Cortez, 1995.

Tipo 1 - BRANCA	Tipo 2 - VERDE
40	27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Argumento improcedente, ratifica-se gabarito publicado B. Na **interdisciplinaridade** é possível se perceber a cooperação e o diálogo entre as diferentes disciplinas, coordenadas por uma disciplina específica, um problema comum a todas as disciplinas ou diferentes formas que represente um elemento de integração das disciplinas, que norteia e orienta as ações interdisciplinares (CARLOS, 1995). Segundo os PCN, a interdisciplinaridade supõe um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de intervenção. Nesse sentido, ela deve partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários (BRASIL, 2002a). É necessário, por conseguinte, que haja um problema maior a ser resolvido e que cada disciplina, consciente de sua limitação para atender a esse desafio, se reúna com outras disciplinas a fim de construir mais compreensão do fenômeno em análise. **Trata-se de uma outra concepção de divisão do saber, marcada pela interdependência, pela interação e pela comunicação entre as disciplinas voltadas para a integração do conhecimento em áreas significativas.** (PORTELLA; ATTA, 2001). **A divisão de saber que dispõe o argumento recursal, refere-se ao intercâmbio mútuo e interação de diversos conhecimentos de forma recíproca e coordenada; perspectiva metodológica comum a todos; integrar os resultados; permanecem os interesses próprios de cada disciplina, porém, buscam soluções dos seus próprios problemas através da articulação com as outras disciplinas.**

Fontes:

- BRASIL. MEC. SEMTE. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 2002.
- FAZENDA, Ivani C. A. In: Didática e interdisciplinaridade. Campinas: SP: Papyrus, 1998. (Coleção Práxis)
- CARLOS, J. G. Interdisciplinaridade no Ensino Médio: desafios e potencialidade. Petrópolis: Vozes, 1995
- PORTELLA, Adéli Luiza; ATTA, Dilza Maria Andrade. A dimensão pedagógica da gestão da educação. In: RODRIGUES, Maristela Marques, GIÁCIO, Mônica (org.). PRASEM III. Guia de consulta. Brasília. FUNDESCOLA. MEC. 2001.

Cargo: Psicólogo

Tipo 1 - BRANCA
8

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Sobre o fragmento *“Há crescente escassez de professores qualificados, comprometendo o ensino”*, é correto afirmar que:

O verbo haver está no sentido impessoal, pois tem sentido de existir. Assim, o trecho não tem sujeito. Portanto, *“Crescente escassez de professores qualificados”* é objeto direto do verbo haver.

A reescrita *“Há crescente escassez de professores qualificados, os quais comprometem o ensino”* está incorreta. Apesar do pronome relativo *“quais”* retomar professores, o sentido do trecho original é que a *“escassez”* compromete o ensino. Com isso, certifica-se que a afirmativa III está incorreta.

O verbo apresenta três formas nominais: infinitivo, particípio e gerúndio como o verbo comprometer, comprometendo e comprometido. O gerúndio transmite o sentido de continuidade, portanto, algo que continua acontecendo. Dessa forma, a afirmativa *“Comprometendo”* é uma das formas nominais do verbo *“comprometer”* e dá ao trecho sentido de desenvolvimento da ação está correta.

Devido à ausência de uma alternativa correta, a questão foi anulada.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação.** Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo.** 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

Tipo 1 - BRANCA
12

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O enunciado da questão apresenta a seguinte declaração “Ao formar uma equipe com 5 estudantes, sendo dois deles do grupo X e os restantes do grupo Y, sobram 10 estudantes do grupo X”. O termo “formar uma equipe” inviabiliza o cálculo da questão pois considera apenas a existência de uma única equipe com 5 pessoas. Dessa forma, como não há uma alternativa correta, a questão deve ser anulada.

Tipo 1 - BRANCA
28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão elaborada justifica-se por estar no conteúdo programático do concurso. Seu principal objetivo foi apresentar no enunciado um texto reflexivo sobre a escola e seu papel, posteriormente trouxe como assertivas alguns pontos sobre o psicólogo que atua ou pretende atuar neste campo, assim como o seu entendimento sobre o contexto educacional. As assertivas apresentadas estão todos coerentes com a bibliografia usada para fundamentar tecnicamente a questão. Sendo assim, permanece letra A.

A III assertiva afirma que; “Poderá contribuir, como mediador fortalecendo o papel do professor como agente principal do processo de ensino e aprendizagem”, **o que não significa desconsiderar os fatores que o candidato mencionou.**

Fonte:

- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas Para Atuação de Psicólogos (os) na Educação Básica.** 1ª ed. Brasília: 2013, p. 53-57.

Tipo 1 - BRANCA
29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão elaborada teve como foco apresentar o modo como o psicólogo deverá desenvolver o trabalho no contexto educacional. Dentre as afirmativas a letra **B** está coerente com a bibliografia usada, portanto gabarito permanece.

O candidato menciona alternativa D como correta, ela traz que "O psicólogo atuante no contexto escolar deverá intervir de modo **que toda a comunidade escolar seja envolvida (equipe pedagógica) erro na questão.** ... e, junto a estes, elaborar planos de intervenção, considerando o Projeto Político-Pedagógico (PPP). É necessário, ainda, compreender e conhecer dados objetivos relativos à organização escolar e da comunidade.

Fonte:

- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas Para Atuação de Psicólogos (os) na Educação Básica.** 1ª ed. Brasília: 2013, p. 54.

Tipo 1 - BRANCA

8

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Sobre o fragmento “*Há crescente escassez de professores qualificados, comprometendo o ensino*”, é correto afirmar que:

O verbo haver está no sentido impessoal, pois tem sentido de existir. Assim, o trecho não tem sujeito. Portanto, “Crescente escassez de professores qualificados” é objeto direto do verbo haver.

A reescrita “Há crescente escassez de professores qualificados, os quais comprometem o ensino” está incorreta. Apesar do pronome relativo “quais” retomar professores, o sentido do trecho original é que a “escassez” compromete o ensino. Com isso, certifica-se que a afirmativa III está incorreta.

O verbo apresenta três formas nominais: infinitivo, particípio e gerúndio como o verbo comprometer, comprometendo e comprometido. O gerúndio transmite o sentido de continuidade, portanto, algo que continua acontecendo. Dessa forma, a afirmativa “Comprometendo” é uma das formas nominais do verbo “comprometer” e dá ao trecho sentido de desenvolvimento da ação está correta.

Devido à ausência de uma alternativa correta, a questão foi anulada.

Fontes:

- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática Reflexiva**: texto, semântica e interação. Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 448p. vol. único. (Conforme nova ortografia).
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2013. 800p.

Tipo 1 - BRANCA

12

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O enunciado da questão apresenta a seguinte declaração “Ao formar uma equipe com 5 estudantes, sendo dois deles do grupo X e os restantes do grupo Y, sobram 10 estudantes do grupo X”. O termo “formar uma equipe” inviabiliza o cálculo da questão pois considera apenas a existência de uma única equipe com 5 pessoas. Dessa forma, como não há uma alternativa correta, a questão deve ser anulada.

Tipo 1 - BRANCA

1

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na crônica em análise, predominam os parágrafos descritivos, em que o narrador descreve a mulher, aquilo que ela poderia ver e aquilo que provavelmente imagina. Contudo, a crônica é reflexiva: as descrições são usadas para expor a reflexão da cronista. A crônica em estudo é reflexiva, porque apresenta o ponto de vista da cronista a respeito de um acontecimento do cotidiano. Observe: “Uma mulher como as de antigamente, posta à janela, espiando o mundo” (1º§); “Não era como nas pequenas cidades onde ficar à janela é estar numa frisa ou camarote para ver e ser vista, é maneira astuciosa de estar na rua sem perder o recato da casa, de meter-se na vida alheia sem expor a própria” (6º§); “A mulher olhava para a parede cinzenta. E parecia estar bem” (8º§); “A mulher olhava a parede cinzenta, mas diante dela não havia uma parede cinzenta. Havia um telão. Um telão imenso, imperturbável, onde histórias se passavam” (10º§).

Fonte:

- O próprio texto.

Tipo 1 - BRANCA
3

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com as ideias apresentadas ao longo do texto, verifica-se que a crônica “compara a mulher que se encontra à janela com as pessoas diante da televisão”. Observe: “A mulher olhava a parede cinzenta, mas diante dela não havia uma parede cinzenta. Havia um telão. Um telão imenso, imperturbável, onde histórias se passavam. Que ela própria projetava, mas das quais era devotada espectadora e eventual personagem. Suas fantasias, suas lembranças, seus desejos moviam-se sobre a parede que já não era cinzenta, que era o suporte do mundo, ao vivo e a cores. Só ela os via. Mas com que nitidez! (...)” (10º§). A demais afirmativas estão corretas, a saber: Compara a atitude da mulher à atitude das pessoas que em cidades pequenas, ficam na janela observando o mundo: “Não era como nas pequenas cidades onde ficar à janela é estar numa frisa ou camarote para ver e ser vista, é maneira astuciosa de estar na rua sem perder o recato da casa, de meter-se na vida alheia sem expor a própria” (7º§); É um gênero textual que recria a realidade e apresenta fatos do cotidiano: “Eu vinha andando na rua e via a mulher na janela. Uma mulher como as de antigamente. De cabeça branca e braços pálidos apoiados no peitoril. Sentada, olhava para fora. Uma mulher como as de antigamente, posta à janela, espiando o mundo” (1º§); Denota de que forma a parede cinzenta do prédio se tornou para a personagem “o suporte do mundo”: “Suas fantasias, suas lembranças, seus desejos moviam-se sobre a parede que já não era cinzenta, que era o suporte do mundo, ao vivo e a cores. Só ela os via. Mas com que nitidez! (...)” (10º§).

Fonte:

- O próprio texto.

Tipo 1 - BRANCA
10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A intertextualidade é a relação entre dois textos caracterizada pela referência de um pelo outro de maneira implícita ou explícita. A intertextualidade acontecerá quando um determinado texto fazer referência a outro, ou a situação e/ou acontecimento pré-existente. Ao fazer a afirmação “Quem tem olhos veja”, é possível inferir que “enxergar além do que os olhos podem ver é um dom daqueles que aprenderam a linguagem da alma”, tendo em vista o 10º§ do texto: “A mulher olhava a parede cinzenta, mas diante dela não havia uma parede cinzenta. Havia um telão. Um telão imenso, imperturbável, onde histórias se passavam. Que ela própria projetava, mas das quais era devotada espectadora e eventual personagem. Suas fantasias, suas lembranças, seus desejos moviam-se sobre a parede que já não era cinzenta, que era o suporte do mundo, ao vivo e a cores. Só ela os via. Mas com que nitidez! (...)”. As demais opções de respostas são inadequadas ao questionamento abordado.

Fonte:

- O próprio texto.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Nego provimento ao recurso, uma vez que a alternativa **D** é evidentemente incorreta, pois o prazo estabelecido vai em desconformidade com a disposição da Lei Complementar nº 3 de 1993, em seu art. 55, § 4º, inciso VI, em que o prazo de 90 (noventa) dias seria para os casos de necessidade eventuais. A assertiva da alternativa **D** é clara ao mencionar a situação hipotética de Lucas como necessidade duradoura. A partir dessa interpretação, o prazo correto que deveria ser mencionado seria de 1(um) ano. Vejamos:

VI - o ato de redução da carga horária deverá ser renovado periodicamente, não podendo sua validade se estender por mais de 90 (noventa) dias, nos casos de necessidades eventuais, e por mais de 1 (hum) ano, nos casos de necessidades duradouras;

Desse modo, diante dos motivos supracitados, nego provimento ao recurso, uma vez que não há necessidade de diferenciação do conceito de necessidades eventuais e necessidades duradouras, posto que a própria assertiva já estabelece que se trata de uma necessidade duradoura, e, sendo assim, cabe ao candidato ter conhecimento sobre o prazo correto.

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não provimento do recurso, haja vista que a alternativa **C** não se verifica como incorreta, tal como defendido pelo candidato. Tal fato se dá, uma vez que a assertiva está em conformidade com a literalidade do § 2º do art. 115, da Lei Complementar nº 3, de 25 de agosto de 1993, o qual menciona:

§ 2º A licença será concedida sem prejuízo do vencimento do cargo efetivo, até 30 (trinta) dias, podendo daí em diante, mediante parecer de junta médica, ser prorrogada com os seguintes descontos:

O art. 115 da Lei Complementar nº 3, de 25 de agosto de 1993 é o acertado para basear a resposta da questão já que trata especificamente da situação narrada no caso hipotético do enunciado, qual seja, a licença por motivo de doença em pessoas da família. Ao analisar o art. §1º do referido artigo, torna-se evidente a adequação do caso hipotético com o dispositivo supracitado. Vejamos:

§ 1º A licença somente será deferida se a assistência direta do funcionário for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, o que deverá ser apurado, através de acompanhamento social.

Tal disposição é clara no enunciado da questão na seguinte passagem: “Carlos não poderá realizar suas atividades diárias sem a assistência direta de um cuidador e Jéssica não poderá prestar a assistência que seu cônjuge necessita simultaneamente ao exercício do seu cargo.”

Logo, diante dos motivos supracitados, nego provimento ao recurso.

Recurso Procedente. Gabarito alterado para alternativa C.

A razão recursal pugna pela alteração do gabarito, no que lhe assiste razão. Verifica-se abaixo explicações das afirmativas presentes na questão:

Afirmativa I - Verdadeiro. Todo documento ou correspondência oficial expedido deverá conter, para identificação em sistema próprio, a espécie do documento e o órgão emissor, seguido da sigla da unidade, do número.

Afirmativa II - Falso. Todo documento ou correspondência oficial expedido, com exceção dos emitidos por meio eletrônico, será acondicionado em envelope, contendo, no canto superior esquerdo: o nome, cargo, endereço do destinatário, a espécie e número da correspondência, bem como nome e endereço do remetente, a fim de, em caso de devolução, a empresa de Correios o localize.

Afirmativa III - Verdadeira. O controle da expedição de correspondência caberá ao respectivo protocolo setorial, responsável pela numeração, que deverá ser sequencial, numérico-cronológica e iniciada a cada ano. O protocolo central do órgão ou da entidade manterá um controle da expedição de correspondência, a fim de informar aos usuários sua localização em tempo real.

Deste modo, o gabarito da questão deverá ser alterado para a alternativa **C) V, F, V.**

Tipo 1 - BRANCA

35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O candidato sustenta que a questão não oferece resposta, no que se equivoca, pois, de acordo com o Manual do Secretário Escolar do Estado de Minas Gerais, são suas atribuições, dentre outras:

Controlar e guardar os livros registro de classe, livro-ponto e documentos pertinentes às rotinas da escola.
Elaborar atas de reuniões.

Controlar as chamadas telefônicas recebidas e realizadas.

Manter atualizados e organizados os arquivos de legislação e da vida da escola.

Lançar notas em boletins e históricos escolares [...]

Fonte:

- <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/politica-de-privacidade/page/16814-manual-do-secretario-de-escola>

Tipo 1 - BRANCA

38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A afirmação de que a tecla “Tab” está associada a navegação dentro de uma tabela no Microsoft Word não está incorreta, mas está limitada a situações em que a tecla é usada fora do contexto específico exposto na questão. Entretanto, a pergunta se refere claramente à inserção de linhas ao final de uma tabela, o que não invalida a questão.

Fonte:

- <https://support.microsoft.com/pt-br/topic/adicionar-ou-excluir-linhas-ou-colunas-em-uma-tabela-em-word-ou-powerpoint-para-mac-58fd4d58-9dbb-4ca4-b3b7-d1d979db033b#:~:text=Adicionar%20uma%20linha%20ou%20coluna&text=Para%20adicionar%20linhas%2C%20clique%20em,e%20pressione%20a%20tecla%20TAB.>

Cargo: Supervisor Pedagógico

Tipo 1 - BRANCA

1

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme se pode verificar nas fontes abaixo disponibilizadas:

Em quimbundo, quilo significa sono, daí o entendimento de que a expressão fazer o quilo é dar uma boa cochilada depois do almoço. É a siesta, a sesta praticada em vários países, período vespertino em que tudo para e só volta a funcionar lá pelo final da tarde.

“Fazer um quilinho” é expressão utilizada para fazer referência a um “cochilo pós-almoço”.

Fontes:

- https://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2019/02/04/interna_cultura,1027498/fazer-o-quilo.shtml#:~:text=Em%20quimbundo%2C%20quilo%20significa%20sono,l%C3%A1%20pelo%20final%20da%20tarde.
- <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/noticia/fazer-um-quilinho-e-expressao-utilizada-para-fazer-referencia-a-um-cochilo-pos-almoco.ghtml>

Tipo 1 - BRANCA
15

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Segundo o princípio da regressão/reversão, o número de documentos x deve satisfazer

$$\frac{42}{53}x = 38 + 28 = 66$$

Essa equação não apresenta solução inteira para x. Portanto, a questão deve ser anulada.

Tipo 1 - BRANCA
39

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Analisando as razões recursais, bem como as alternativas dispostas na presente questão, constata-se que os argumentos recursais são procedentes, uma vez que possui duas alternativas com a sequência correta das afirmativas, quais sejam a alternativa B e D. Dessa forma, a questão foi anulada, por haver duas alternativas corretas.

III DAS CONCLUSÕES

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas.

Publique-se,

07 de outubro de 2024
INSTITUTO CONSULPLAN